

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 27 de abril de 2022 - Ata n.º 35.

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **35.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 34, de 26 de abril de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Consulto o 1.º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Bom dia, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Sim, Sr. Presidente, há expediente a ser lido e me permita fazê-lo.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 55/2022** da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (**autuado sob o n.º 5/2022**) que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n.º 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, criando núcleos regionais de atendimento e a central de relacionamento com o cidadão; **Ofício n.º 1128/2022** da Casa Civil,

encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 490/2022, do Deputado Delegado Fernando Martins; **Ofício n.º 1127/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 460/2022, do Deputado Evandro Araújo; **Ofício n.º 1133/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas ao Requerimento n.º 540/2022, da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1132/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 7169/2021, dos Deputados Tadeu Veneri e Goura; **Ofício n.º 1134/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 6019/2021, do Deputado Douglas Fabrício; **Ofício n.º 156/2022** do Governador do Estado, comunicando que vetou (**Veto autuado sob o n.º 6/2022**) o Projeto de Lei n.º 69/2022.

Era isso, Sr. Presidente, que tínhamos para o presente momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Michele Caputo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Michele Caputo; Luciana Rafagnin; Tião Medeiros; Galo; Goura; e Delegado Jacovós.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Bom dia, Presidente Traiano, demais membros da Mesa, Deputadas, Deputados, todos que nos acompanham nesta quarta-feira pelas mídias da Assembleia. Pensei muito em vir falar aqui hoje o tema que vou querer abordar, mas acho que temos que conversar sobre isso. Esta Assembleia Legislativa, Presidente Traiano, assim como toda a sociedade brasileira, no mundo, passamos por momentos muito difíceis com a questão da pandemia. Afetou a rotina do nosso trabalho, das Comissões, do Plenário mas, mesmo assim, produzimos muito dentro das limitações de se reunir, de poder estar mais presente, recebendo pessoas, discutindo temas. Trabalhamos durante a pior fase da pandemia e aprovamos projetos que ajudaram a sociedade paranaense, do ponto de vista sanitário, social e econômico, dentro das condições e dos limites que a Assembleia tem

para agir. E agora passada essa fase mais difícil da pandemia, onde estamos sob controle, apesar de não ser recomendável baixar a guarda, o que a sociedade paranaense espera aqui da Assembleia? Espera que demos exemplos, espera que discutamos questões que joguem a favor da retomada do crescimento, do emprego, da renda; que discutamos políticas compensatórias; que comecemos a pensar como é que vamos vencer todo esse período. Estamos em outro momento. Só que, já disse isso 30 dias atrás e sei que é o sentimento de muitos Deputados e Deputadas desta Casa, Maria Victória, que estamos neste mês de abril de forma muito especial e olha que já discutimos temas aqui muito difíceis, como a reforma da previdência, data-base, questões que afetaram uma série de corporações, mas neste mês de abril tenho visto que estamos entrando em uma escalada perigosa. Tenho visto que os debates estão passando dos limites aceitáveis, que é o limite da diferença de opinião, da diferença de visão de mundo. Não é o tom que falamos, não são necessariamente as palavras e não vou citar, está claro para todo mundo aqui, que as coisas estão ficando muito difíceis. E este ano é um ano diferenciado, é um ano de eleições, tem um monte de interesses que se contradizem do ponto de vista eleitoral e se não demonstrarmos aqui serenidade, maturidade e exercermos o respeito às diferenças de qualquer ordem, vamos ter dificuldade. E é injusto que dois ou três fatos, que podem se agravar se não tivermos retomada do equilíbrio necessário para o trabalho aqui da Assembleia, acabem sendo temas na mídia e não os projetos que aprovamos aqui ou as discussões que fazemos, como a Frente do Coronavírus, como a Frente do Pedágio. Tem temas e projetos que precisamos discutir. Quero discutir o Projeto meu e da Luciana da transparência nas filas do SUS; quero discutir a questão do ICMS-ST das farmácias. Sei que muitos Deputados e Deputadas têm projetos extremamente importantes que queremos priorizar o debate aqui. Estou dizendo tudo isso, Presidente, sei que o Presidente já deve ter pensado nisso porque conheço o Presidente há muitos anos, nunca vi o Presidente se exaltar. Talvez uma ou duas vezes e sei da sua serenidade. Mas acho, Presidente, e sei que é o pensamento de muitos Deputados, conversei com vários hoje, cheguei bem cedo aqui, acho que está na hora de reunir toda a Comissão Executiva Diretora desta Casa, capitaneada pelo senhor e os Líderes dos Partidos, inclusive não sou líder mais, hoje a

Liderança do meu bloco está sendo exercida pela combativa e guerreira Mabel Canto, na segunda-feira, porque hoje é um dia difícil para o pessoal do interior, temos que respeitar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado Michele.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, gostaria que essa reunião acontecesse segunda-feira, na pior das hipóteses. Além do Regimento e de algumas outras normas, podemos fazer um pacto interno pela civilidade, porque o caminho que estamos tomando é um caminho perigoso. Obrigado. Bom dia. Bom trabalho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin. Antes da fala da Deputada Luciana, registro a presença na Casa da visita guiada dos alunos do 3.º ano do ensino médio do Colégio Sesi Internacional de Curitiba, acompanhados pela guia de turismo Viviane Kraus e pelo Professor André Góes. Sejam bem-vindos à nossa Casa. Também dos vereadores de Japurá, Sr. José Pirola e Guido, por solicitação do Deputado Dr. Batista. Sejam bem-vindos.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputadas, Sr.^{as} Deputadas. Cumprimento também todos que nos acompanham pela *TV Assembleia*, pelas mídias sociais, uma saudação aos alunos, professores que estão aqui acompanhando a Sessão. Importante, Sr. Presidente, neste dia não poderia deixar de falar, sim, tomei conhecimento na noite de ontem que, infelizmente, o Projeto que apresentamos aqui, a Bancada Feminina já dizendo assim, ou seja, todas as Parlamentares, as Deputadas, encaminhamos um Projeto que propõe a criação da Bancada Parlamentar Feminina aqui na Assembleia Legislativa. Deputado Homero, sei que V.Ex.^a pediu vista ao projeto e sei que isso é de direito, mas não posso deixar de colocar aqui também minha posição e de lamentar que isso aconteceu. Tanto a retirada, o pedido de vista como também o próprio pronunciamento, no sentido de que somos minoria porque assim a maioria também escolheu, mas as mulheres são a maioria, realmente as mulheres, nós somos, Deputada Maria Victória, somos a

maioria, sim, representamos mais de 50% da população, mas, infelizmente, vimos de uma cultura, uma cultura patriarcal que por muitos e muitos anos e até hoje ainda oprime, massacra, ainda mata mulheres. Ainda sofremos muita violência, violência de várias formas. A violência física, a violência psicológica, a violência moral, a violência patrimonial e também a violência sexual, que consideramos muito grave, todas elas, mas também consideramos muito graves consideramos muito grave, todas elas, mas também consideramos muito grave a violência política. E o que aconteceu ontem nada mais é do que uma violência política. A não permissão de termos aqui a criação da Bancada Feminina, ou seja, o não entender da criação da Bancada Feminina na Assembleia porque somos minorias, isso também é uma violência contra as mulheres, que põe mais de cem anos de luta para conquistarmos o voto feminino. Esse voto conquistado, comemorado agora, celebrado agora no mês de fevereiro, 90 anos da conquista do voto feminino. Foram mais de cem anos de luta, porque para nós, mulheres, sempre foi difícil, sempre tivemos lutando contra esse sistema, contra essa cultura que ainda oprime, que ainda mata as mulheres e que ainda afasta as mulheres da política e é importante, sim, a participação das mulheres na política, da mesma forma que considero importante a participação do homem, considero importante, sim, mas nós, mulheres, não fomos criadas com a cultura de que nós e também com a possibilidade porque também são inúmeras as dificuldades apresentadas às mulheres quando candidatas. Deputado Tadeu, vem desde a questão de um partido, a nossa participação ainda é pequena nos partidos. É difícil mulher ocupar um cargo como a presidência de um partido, é difícil as mulheres ocuparem os cargos de poder, ainda mais quando se refere à questão política, porque aí, na política, discutimos mais a questão do poder e aí é que temos uma pequena participação ou uma sub-representação feminina. Não chegamos ainda praticamente a 16% da nossa participação no Parlamento, sendo que somos mais de 50% do eleitorado. É preciso, sim, mudar o nosso conceito, mudar esse conceito machista, mudar esse conceito patriarcal que ainda temos e que isso impede as mulheres de ocupar um cargo na política; que isso impede as mulheres de ocupar de ocupar um cargo na Mesa Diretora de uma Assembleia Legislativa; que isso impede as mulheres de vir para dentro de uma Assembleia, para dentro de uma Câmara de Vereadores, de poder fazer o

debate, da importância de que precisamos mudar a nossa sociedade e construirmos uma sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária. Isso só será possível quando mudarmos realmente, mas mudarmos, mudarmos realmente o nosso jeito de pensar, o nosso conceito de pensar e o nosso conceito de agir. Não foi fácil para as mulheres conquistar o voto em 1932. Tão difícil foi que só foi aprovado, Maria Victória, em 1932, as mulheres que tinham, só podiam votar as mulheres que o marido autorizasse ou as mulheres que fossem viúvas. Isso só foi mudado depois em 1934, quando aí, sim, tivemos o direito realmente de poder votar. Então, é essa a luta continuamos levando até os dias de hoje. Ainda temos que pedir, ainda temos que defender cotas porque... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Ainda temos que defender cotas, sim, porque senão não tem espaço para as mulheres. E somos ainda a minoria porque muitas mulheres ainda vivem na questão da cultura onde a política ainda é um espaço masculino. Precisamos, sim, fazer com que essas mulheres mudem também esse pensamento e venham participar mais da política e venham fazer a nova política, que a nova política significa, sim, o espaço para todos. E quando a mulher está na política, a mulher defende, sim, a justiça, defende a paz, defende a igualdade. E é isso que queremos continuar defendendo e por isso que lutamos e vamos defender aqui este Projeto que cria, então, a Bancada Feminina. Muito obrigado, Sr. Presidente! Muito obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tião Medeiros, pelo PP. Antes da fala do Deputado Tião, também quero registrar a presença da Vereadora de Foz do Iguaçu, Sr.^a Yasmin Hachem, por solicitação do Deputado Requião Filho. Seja bem-vinda.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os Deputados, Deputadas, a imprensa, a galeria presente, todos que nos acompanham também pelas mídias sociais, enfim. O que me traz aqui, hoje,

Presidente, de maneira cautelosa, quero trazer uma preocupação e também um pedido de reformulação das estratégias da empresa Copel. Veja, Deputado Requião, tenho sido um fiel defensor de uma série de ações do Governo, mas há momentos em que é preciso apontar alguns erros, há momentos em que não é possível se calar diante de alguns absurdos que acontecem. E quero me dirigir, hoje, especialmente à Copel. Sou natural de Paranavaí, represento uma série de municípios, todos sabem disso, Deputado Tercílio, mas de maneira especial o noroeste do Paraná. Na semana que se passou, tivemos eventos de chuvas, chuvas com granizo, em algumas regiões, ventos fortes. Eventos climáticos que não controlamos, Deputado Marcel, mas que causaram impacto muito grande em uma série de municípios do interior. E isso acontece todos os anos. Não é preciso ser climatologista ou gênio para saber que os eventos climáticos vão acontecer todos os anos. Ventos fortes e chuvas cada vez mais irregulares, e caem árvores, e as redes são impactadas e a energia é cortada. O que não dá para admitir é que alguns municípios têm ficado dois, três, quatro dias sem energia elétrica. Olhem, vocês imaginem quatro dias com a sua geladeira desligada. Vocês imaginem o pequeno mercado, que tem quatro dias a falta de energia, o que acontece com os seus produtos? Um açougue, com a carne que se perde. E o produtor de leite que tem o seu resfriador desligado e está jogando leite no pasto? Alguém sabe o que é isso? Quem vive daquela pequena propriedade, daquela sua pequena produção, tem que jogar fora porque está quatro, cinco dias sem energia, Deputado Marcel. Então, hoje, quero fazer aqui um apelo. Tenho conversado com o Diretor de Distribuição da Copel, o Max, que tem sido atencioso, tem sido dedicado, atende-me em todas as horas. Preciso fazer esse registro público. Max é uma pessoa acima da média, mas quero dizer que a Copel não tem conseguido equipes suficientes para atender aos pequenos municípios do interior do Estado. O que estou dizendo é que não é admissível, não é aceitável uma empresa que se intitula “a melhor empresa de energia do Brasil” levar quatro ou cinco dias para restabelecer a energia de um pequeno município. Aqui em Curitiba isso não acontece. Nos grandes centros isso também não acontece. E eles deixam os pequenos centros, os municípios pequenos para o final, por último. Então, o meu apelo, o meu pedido é para que a Copel redefina suas estratégias de equipes e atendam aos pequenos municípios, como acabei de mencionar o

município de Mirador, que as equipes levaram quatro dias para chegar lá. Isso não é possível! Isso não é aceitável! Que ela contrate, de maneira emergencial, outras equipes, outras empresas, que se restabeleça. A Copel fica aí alardeando números vitoriosos, enormes, imensos, de lucros, de resultados. Acho ótimo. Não tem problema nenhum, mas nos momentos de assistência emergencial isso precisa ser redobrado, precisa ser triplicado, precisa quadruplicar, quintuplicar. Não sei a estratégia que será adotada, Deputado Marcel, mas que precisa ser resolvido, precisa. É inaceitável, inadmissível que um município fique quatro, cinco dias sem energia elétrica. Só sabe o que é isso quem está passando por isso, perdendo a sua produção, a sua queijaria. O pequeno produtor rural, Deputado Galo, que produz queijo e perde o leite todos os dias por não ter um resfriador ligado, jogando no pasto o leite das suas vacas, porque todos os dias tem que ser retirado, porque a vaca não espera, tem que tirar o leite todos os dias, de domingo a domingo. É uma produção difícil. Não conhece final de semana, feriado, chuva, frio e nem calor. Todos os dias tem que ser feito o trabalho do produtor rural. Então, eles têm o meu respeito. Os pequenos municípios estão sendo prejudicados e a Copel tem sido a responsável. Isso é inaceitável! E é isso que quero deixar aqui hoje, a minha indignação, a minha contestação, e que quero ouvir da Presidência da Copel uma resposta concreta e não mais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tião, por favor, para concluir.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Para concluir, Presidente. Quero uma resposta concreta da Copel, porque vejo os números vitoriosos alardeados, os resultados monstruosos, milionários, e não vejo uma solução concreta para esse caso. Então, que as equipes de restabelecimento de energia se multipliquem, assim como os resultados financeiros da Copel. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputado Galo, pelo PP.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados da Mesa Diretora, componentes, funcionários, Sr.^{as} Deputadas. Você que está ligado aí no som da *TV Assembleia*, vamos lá! Aqui é o Galo. Saudação a todos vocês que estão aí. Sejam bem-vindos! Saudação a todas também. Detalhe é o seguinte. Deputada Mara Lima, Deputada Mabel, Cristina, a nossa prezadíssima Deputada Rafagnin, que usou a palavra há poucos instantes. Espero não estar esquecendo nenhuma das nossas mulheres que nos representam tão bem. Ah, a minha querida Maria Victória, minha Líder, minha Presidente, do Partido ao qual tenho a honra de estar ali ladeando com ela. Sou totalmente contra, mas contra a qualquer tipo de pronunciamento em relação à Bancada Feminina. Sou a favor da Bancada Feminina, totalmente. Não vou entrar em mérito, não vou discutir essa questão de pronunciamento, de fala de qualquer outro colega que tenha falado aqui, mas estou colocando a minha posição. A minha posição, em nome da minha mãe, em nome das mulheres da minha casa, da minha esposa, das minhas filhas, e pelo que as mulheres representam para este País. Se são minoria é porque ainda este País, que mostra que é o lado machista, não dá a condição de as mulheres tocarem para frente aquilo que elas tanto representam para todos nós. Então, viva as mulheres! Quero dizer, senhoras e senhores, que recebo com muita tristeza uma denúncia que chega da minha querida Paranaguá. O assunto: vazadas. Se alguém perguntar o que é vazada? Vazada é o seguinte: o caminhão sai do seu destino carregado de farelo, seja soja ou o que for, e vem embora, carregado. A responsabilidade, a partir do momento que entra no caminhão, é do motorista. A carga normalmente tem seguro. Porém, quando ela adentra a região de Paranaguá, acontece o quê? Assalto! Assalto! Bandidagem! Como assim? É que avançam no caminhão. Normalmente, joga-se alguma coisa no vidro do caminhão, o motorista se assusta, os caras vão atrás, arrebatam a parte da carroceria e tudo que está lá dentro vai caindo no chão. E o detalhe: imediatamente, uma equipe, digamos assim, muito bem arranjada por *cabras safados*, sem-vergonhas, corruptos, começam a juntar aquele material que está no asfalto. E aparecem assim 20, 30. Rapidamente, colocam dentro de um saco. Esse saco desaparece como por encanto em cima de algum caminhão, que vai para algum armazém, que é um armazém descaracterizado na nossa linda Paranaguá. Porém, chegou um momento que

não dá mais! Isso é mundial, a fama de ser roubado, quem vai levar carga para o Porto de Paranaguá, é mundial! Só que isso acontece há décadas, não é neste momento da Assembleia, não é neste momento do Governo Ratinho. É uma coisa antiga e que não se resolve. Se não resolve é porque tem safado, sem-vergonha no comando disso! Há de ter um grupo que tenha poder dentro de Paranaguá para comandar essa atrocidade contra os caminhoneiros, contra a carga, contra um pai de família. Senão, vejamos, quantos caminhoneiros já foram assassinados? Ele sai de casa, dá um beijo na família, a filha vai para a escola e o pai vai para a estrada, Deputado Jonas. Aí então, Pastor Gilson, Deputado, quando ele chega a Paranaguá, aí é a sorte: *Volto vivo ou vou voltar dentro de um caixão?* Como vários já foram entregues para suas famílias dentro de um caixão por causa do quê? Vazadas. Como é que se resolve isso? Acredito que tem que o Porto de Paranaguá, falei com o Garcia... Senhor Presidente Traiano... Tião, dá licença um pouquinho para o Presidente anunciar o um minuto! Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência, por favor, Deputado Galo, com a sua voz eloquente, tem um minuto para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Grato, nobre Presidente. Então, senhoras e senhores, você que me assiste, meu povo de Paranaguá e do litoral, tem uma maneira de resolver isso. Não gostaria de chegar a este ponto, mas tem uma maneira de resolver! Porque não é, não são os meninos que não têm emprego que vão lá arrecadar o que cai no chão, não! É a cúpula. É saber quem é que está por trás disso. Tem que agir, a polícia de Paranaguá tem que procurar, a Secretaria da Segurança Pública de Paranaguá, viu, Marcel Micheletto! Tenho que falar que não dá mais para aguentar essas vazadas aí! Colocar na cadeia esses caras! Está mapeado, é só querer para resolver definitivamente esse absurdo. Senhor Presidente, não entendi a cor da sua gravata hoje! É lusco-fusco? Vida longa, Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa da Vereadora de Cascavel, Sr.^a Bete Leal, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco; e do Vereador de Itambé, Sr. Edmar Gonçalves da

Silva, o Preto, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Goura, pelo PDT.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito bom dia a V.Ex.^a, à nossa Mesa, a todos os Parlamentares, aos servidores e cidadãos paranaenses, em especial aqui os estudantes do Colégio Sesi que estão acompanhando a Sessão. Fiz isso outro dia, deixem-me perguntar aqui para vocês: Quem tem mais de 16 anos ou está completando 16 hoje? De vocês todos, quem já tirou o título eleitoral? Olha, está 50%. Até o dia 4 de maio, vamos falar aqui, Sr. Presidente, mais uma vez para os estudantes, mas também para todos os jovens, até o dia 4 de maio, Deputado Nereu, é o prazo para a regularização eleitoral, para retirarmos o título, quem ainda não tem o título, para fazer o primeiro voto, mas também para quem mudou de domicílio, Deputado Tião, que está presidindo a Sessão, para quem está com o título irregular. Quatro de maio. Que a nossa *TV Assembleia* repercuta isso, que a nossa comunicação também! É muito importante que neste ano de eleições tenhamos um voto consciente e aqui vou fazer, estamos em uma casa política, um voto, Deputado Nereu, contra o fascismo, um voto a favor da democracia, um voto a favor da civilização. Estas eleições talvez sejam as mais importantes dos últimos tempos e todos temos o papel, o dever de cumprir com excelência e com consciência os direitos eleitorais. Então, meus parabéns aqui aos professores por trazerem a política aos alunos. Temos, sim, que discutir política nas escolas, temos que estar cada vez mais envolvendo a sociedade na política. Senhor Presidente, amanhã, faço um convite a todos os Parlamentares, nas redes sociais da Assembleia e também presencialmente, no nosso Auditório Legislativo, faremos uma Audiência Pública sobre acidentes com cargas perigosas, com cargas tóxicas, com cargas inflamáveis na BR-376, a BR que conecta o Estado do Paraná com Santa Catarina. Todos sabemos, Deputado Homero, a recorrência e a frequência desses acidentes, há um trecho já bem mapeado onde esses acidentes ocorrem e o grande prejuízo que ocorre à bacia hidrográfica do Rio São João, no município de Guaratuba, que chega também para o estado vizinho de Santa Catarina, para o município de Garuva. Então, vamos discutir como podemos minimizar os impactos ambientais e sociais também desses acidentes para termos mais segurança

viária, menos mortes no trânsito e mais segurança para todos. Quero convidar os Parlamentares aqui pela importância dessa Audiência para acompanharem presencialmente ou *on-line*. Quero também aqui me manifestar sobre a discussão que está na CCJ, respeitosamente a todos os Parlamentares, a todos os Deputados, que têm, sim, o direito de expressar suas opiniões, mas quero lembrar que temos uma ODS, um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o número 5, que fala de igualdade de gênero, fala de erradicar todas as formas de violência de gênero. E uma das formas é garantirmos, Deputada Luciana, que me antecedeu aqui e falou sobre o tema, a presença das mulheres, a representatividade das mulheres. Ainda acho, Deputado Romanelli, que talvez seja tímida ainda a iniciativa de 30%, talvez devêssemos, sim, garantir 50% de vagas para as mulheres na Mesa e também em outras representações políticas. Faço também aqui ao Líder Governo, Deputado Marcel, faltam mulheres na gestão da primeira linha do Governador Ratinho Junior. Já falamos isto em vários momentos! Temos a Procuradora, temos a Superintendente da Cultura, mas faltam mais mulheres na gestão Ratinho Junior. Então se queremos, sim, dar o exemplo de respeito à ODS n.º 5, de igualdade de gênero, esta Casa, Sr. Presidente, tem, sim, que dar o exemplo, conte com o meu apoio, mas também o Governador Ratinho Junior pode e cabe a ele, Deputada Mara, Deputada Maria Victória e Deputada Mabel, agir, garantir que tenha 50% de Secretárias na sua gestão. Então, fica aqui este nosso posicionamento. Tenho mais um minuto, Sr. Presidente. Quero apenas indicar que temos uma pauta hoje, acho que já é o final da votação dela, Projeto de Lei do Deputado Marcio Nunes muito bacana, muito importante, Deputado Marcio, que trata dos Caminhos do Peabiru, caminho histórico indígena que conecta a região... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO GOURA (PDT): ... que cruza o Paraná, que conectava a costa atlântica até com os Caminhos Andinos. Então, conte com o meu apoio, Deputado Marcio, neste Projeto importante. Que ele seja de fato implantado. Mas aproveito, precisamos, Sr. Presidente, tratar com mais cuidado de outro

caminho histórico do Paraná, Deputado Marcel, que é o Caminho do Itupava, que conecta a região do litoral com o planalto, caminho histórico que infelizmente está fechado pelo Governo Ratinho Junior. O Caminho do Itupava é uma das maiores atrações turísticas do turismo de aventura de todo o mundo, de todo o Brasil e merece mais atenção por parte do Governo do Estado. Pela reabertura do Caminho do Itupava imediata! Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pelo PL, Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente e demais pares, anunciado hoje de manhã pela agência oficial do Governo a troca do Secretário da Segurança Pública, Cel. Marinho, e o anúncio de que o novo Secretário é o atual Diretor do Detran, Delegado Mesquita, da Polícia Federal, que outrora já foi Secretário da Segurança no Estado do Paraná. E quero aqui ressaltar que, muito embora alguns noticiários tenham divulgado que ontem a Bancada da Bala esteve reunida com o Governador, para que pudéssemos influenciar de alguma forma na questão da segurança pública, quero dizer que isso não é verdade. Ontem, estivemos reunidos com o Governador, não era só a tal chamada Bancada da Bala. A única *bancada da bala* que tem aqui é a bancada do Doutor Batista. Todo dia vamos lá cumprimentá-lo e pegar uma balinha, de hortelã, amendoim. Ontem, o Líder Marcel Micheletto marcou uma reunião com o Governador, para que pudéssemos tratar de diversos assuntos e obviamente, entre eles, foi tratada a questão da segurança pública, a questão de nomeação de novamente comissões, desta vez com a participação de Parlamentares, para tratarem da questão do subsídio dos policiais civis e militares. O que fomos, sim, questionar ao Governo, que a Assembleia Legislativa em um momento anterior não participou das discussões. Não pudemos, não conseguimos apresentar algumas ideias. O Parlamento sempre tem boas ideias com relação a essa questão de plano de cargos de salários, dos subsídios. Então, o que foi tratado foi nesse sentido, de que no futuro a Assembleia Legislativa pudesse participar dessas discussões. Como bem lembrou o Deputado Mauro Moraes, que disse ontem lá na reunião, ele não

está presente aqui. Ele falou ao Governador: *Olha, Governador, fui Presidente da Comissão de Segurança desta Casa durante 12 anos. Eu era sempre chamado para conversar, para dar ideias*, ele disse. *E nesse Governo não fomos chamados, o Parlamento não foi chamado.* Então, foi nesse sentido que foi a reunião com o Governador. Não estivemos lá para sugerir ao Governador troca de ninguém. O Governador é uma pessoa que tem muito bom senso, muita capacidade de decidir e escolher os seus líderes, como é o caso aqui do Líder Marcel, que faz aí um excepcional trabalho, como já fazia também o Líder anterior Hussein Bakri. Então, quero apenas desejar ao novo Secretário da Segurança designado pelo Governador, que venha com esse espírito de democracia. Esta Casa de Leis está sempre aberta a receber aqui os Secretários, o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Delegado-Geral da Polícia Civil. Não há problema nenhum. Vir aqui tomar um café não vai fazer com que nenhum Deputado fique indicando delegado para cidade tal, pedindo transferência de investigador, escrivão. Os Parlamentares sabem qual é o seu papel. Então, não há necessidade de criar essa distância com o Parlamento. Nesses três anos e meio que estou aqui nesta Casa, nunca fui pedir transferência de policial civil, militar, de quem quer que seja, porque sei que isso é competência da polícia. Então, não há motivo para esse distanciamento com o Parlamento. Foi isso que fomos falar ontem com o Governador, que sentíamos, sim, que a Secretaria da Segurança estava um pouco distanciada do Parlamento. Esperamos que o novo Secretário venha com esse espírito de sentar com os Parlamentares e discutir os projetos que são de interesse da Segurança Pública do Estado do Paraná. O Mesquita, o Secretário que vai assumir, o Mesquita, como disse, já que foi Secretário de Segurança... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Estou aqui usando o tempo da Liderança do PL por mais dois minutinhos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Então, vejam bem, o Secretário Mesquita, que foi Secretário do Governo anterior, sempre foi um Secretário democrata. Uma pessoa que estava lá sensível a ouvir os Parlamentares. Naquela época, o Delegado-Geral da Polícia Civil, o Delegado Júlio Reis, que não tinha problema nenhum com a Oposição e com a Situação, ouvia todo mundo. Um baita Delegado de Polícia que está aposentado, hoje, o Delegado Júlio Reis. Mas, assim, vejo boas perspectivas agora de diálogo, principalmente com o Parlamento, porque se queremos melhorar a questão do subsídio da Polícia Civil, da Polícia Militar, como foi resolvido o subsídio da Polícia Penal. Vimos aqui nos corredores, Deputado Veneri, o Diretor, o Vice-Diretor da Polícia Penal vir aqui conversar com os Deputados, conversar com a Presidência, com a Mesa Diretiva. Agora, não vimos isso com relação à Polícia Civil. A Polícia Militar também não sei se veio aqui procurar o apoio do Parlamento. Então, acho que neste momento o Parlamento é muito importante, para que possamos achar soluções, para melhorar, sim, o subsídio da Polícia Civil, da Militar, de demais servidores públicos, que sempre alertamos aqui que, infelizmente, devido à pandemia, devido também a não ter reajuste nos quatro anos do Governo anterior, sempre ressalto que não foi bem visto naquele momento, naquela ocasião.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Permite-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Pois não.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado, Deputado. Só quero fazer uma consideração. Como o senhor colocou, talvez tenhamos agora uma oportunidade com o novo Secretário, que toma posse hoje e espero que ele tenha êxito na sua tarefa, apresentar a ele, já faço ao senhor, inclusive, um convite para que possamos apresentar a ele o Projeto que o senhor deu parecer favorável com substitutivo seu, inclusive, na Comissão de Constituição e Justiça, do uso de câmaras de vídeo corporal em determinados segmentos da Polícia Militar, não em todos, em todos os casos da Polícia Civil e Militar. Acredito, Delegado, o senhor é a pessoa que entende muito mais disso do que nós, entendo nada, sou leigo, mas acredito que se isso já estivesse acontecendo, agora, em Guarapuava, talvez, inclusive, pudéssemos identificar

as pessoas e gravar as pessoas que estavam, em algum momento, próximas dos policiais que foram agredidos e foram atingidos. Isso me parece que é um caminho sem volta. Quanto mais rápido pudermos implementá-lo, ele poderá vir no orçamento, ele poderá vir para o ano que vem, independentemente de quem seja o Governador, mas poderá vir como um compromisso para o Governo que vem. Então, fica aqui uma sugestão. Se Vossa Excelência tiver também disponibilidade, para que possamos procurar o Secretário e levarmos esse Projeto, que apresentei, mas que certamente é seu também e de todos os membros da CCJ, que votaram favoravelmente. Obrigado, Deputado.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Pode ter certeza, Deputado Tadeu Veneri, que o Secretário Mesquita é uma pessoa, como eu disse, que gosta de compartilhar todas as ideias, seja da Situação, da Oposição. Ele verá com muitos bons olhos esse Projeto de Vossa Excelência, que entendi, sim, ser necessário o debate. Por isso, que dei meu o parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, muito bom o Projeto. Vamos debatê-lo, vamos aperfeiçoar e melhorá-lo nas condições possíveis. Quero, então, aqui, somente dizer que ressalto que nós, da Segurança Pública, não tínhamos nada em particular contra o Secretário Rômulo Marinho. Uma pessoa oriunda do Exército Brasileiro. Uma pessoa que tem os seus méritos, tem a sua competência, tem a sua capacidade. Mas entendemos que na Segurança Pública, para comandar uma pasta da Segurança Pública, tem que ser alguém da Polícia Militar ou da Polícia Civil, ou da Polícia Federal, como é o caso agora do Secretário Mesquita. Venho aqui dizer que apoio integralmente à decisão do Governador, mas não estivemos lá ontem reunidos com o Governador, em nenhum momento, em nenhum segundo, para de qualquer forma dizer ao Governador que ele teria que tomar alguma decisão nessa área. Muito pelo contrário, o Governador é muito capacitado e competente. Inclusive, o Presidente Traiano estava lá sentado ao lado do Governador e sabe que o Governador é muito capacitado. Capacitado e competente para escolher os seus Secretários e os seus líderes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Apucarana, Sr. Rodrigo Lievore, é isso?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Lievore, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Lievore. Lievore. Ok. Por solicitação do Deputado Arilson Chiorato. Seja bem-vindo. Próximo orador, Deputado Professor Lemos, no Grande Expediente, por 15 minutos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo que cumprimento os nossos estudantes, professores que nos visitam aqui na Assembleia nesta manhã de quarta-feira. Quero também cumprimentar a população que acompanha a nossa Sessão nesta manhã. Quero aqui agradecer aos Deputados Requião Filho, à Deputada Luciana Rafagnin, ao Deputado Tadeu Veneri, que subscreveram comigo o Projeto de Lei que vai determinar ao Poder Executivo do Estado do Paraná a publicação no Diário Oficial e também no Portal da Transparência do Estado das empresas que serão beneficiadas por isenção fiscal, por renúncia fiscal. O Paraná tem renunciado a cobrança de impostos em um percentual e em um valor nominal maior do que os demais Estados do Brasil; tem aumentado o lucro das grandes empresas, empresas inclusive que são estrangeiras, que atuam aqui no Paraná. A previsão deste ano é dar uma isenção de mais de R\$ 17 bilhões, para o ano que vem a proposta do Governo é dar uma isenção que ultrapassa R\$ 18 bilhões. E já no primeiro ano do Governo Ratinho a isenção ultrapassou R\$ 10 bilhões. No segundo ano, passou de R\$ 12 bilhões. Isso é maior do que os demais estados estão praticando. E qual é o argumento para dar essa isenção fiscal a grandes empresas? É para gerar emprego, na contrapartida para que elas promovam o desenvolvimento do Estado do Paraná. Mas isso fica sob sigilo, não sabemos quais empresas são beneficiadas e nem quanto de imposto cada empresa deixa de arrecadar, e nem sabemos quais os benefícios que essas empresas estão promovendo ao Paraná. Já citei exemplo aqui na tribuna que lá no Rio Grande do Sul, que é um Estado equivalente ao Paraná em população e também na economia, a isenção fiscal lá é da ordem de R\$ 6 bilhões no ano, enquanto aqui passa de R\$ 17 bilhões. E lá tem publicidade, toda a população do Rio Grande do Sul toma conhecimento pelo Diário Oficial e também pelo

Portal da Transparência de quais empresas são beneficiadas com a isenção de impostos no Rio Grande do Sul. Queremos que o Paraná também conheça quais empresas são beneficiadas e por que são beneficiadas, e qual a contrapartida social que essas empresas estão dando ao nosso Estado. Por isso, ontem na tribuna apresentei o Projeto, convidei todos os Deputados e Deputadas para assinarem, tornando-se autores também do Projeto, porque não interessa que o Projeto seja apenas do Deputado Professor Lemos, porque os impostos arrecadados no Paraná são pagos pela nossa população e essas empresas ficam com os impostos, não entregam para os cofres públicos para que esses impostos sejam transformados em políticas públicas, como, por exemplo, cuidar bem das nossas estradas. Temos estradas que precisam ser recuperadas. Cuidar bem da saúde. Temos problemas, sim, com a saúde pública do Estado do Paraná, temos pacientes esperando em longas filas. Precisamos investir mais na educação, as nossas sete universidades estão clamando por recurso público, e as nossas 2.200 escolas da rede estadual? Temos escolas que ainda não têm água tratada, não têm energia elétrica, não têm biblioteca, não têm laboratórios, carecem de funcionários, de professores, de equipe pedagógica, carecem de equipamentos tecnológicos. E a segurança pública? Estamos com o número de policiais pequeno. Há 30 anos a nossa população era em torno de 7 milhões de habitantes, tínhamos o dobro de policiais civis, tínhamos o dobro de policiais militares e de bombeiros; a nossa população cresceu, hoje passa de 11 milhões de habitantes, e o número de policiais diminuiu, tanto Civis quanto militares. Quando comparamos com Santa Catarina, que tem hoje em torno 7 milhões de habitantes, lá tem mais policiais civis, mais policiais militares, lá tem o dobro de Delegados que tem o Paraná, e o Paraná tem mais municípios, mais população. Precisamos equipar melhor a nossa polícia, inclusive fazer concurso público, contratar mais policiais civis e militares, assim como precisamos fazer concurso público para a educação, para professores, para funcionários. Precisamos contratar mais servidores na área de saúde, na assistência social, na Secretaria da Agricultura, no IDR, na Secretaria do Meio Ambiente, no DER, que é o Departamento de Estradas do Estado do Paraná. Estamos com uma deficiência. Além disso, os nossos servidores, que comparados com os demais estados, temos o menor número de servidores comparado com a nossa população, proporcionalmente o Estado

do Paraná é o Estado mais enxuto que tem e aí os salários dos servidores estão defasados, não tem tido promoções, progressões, não tem sido implementado os quinquênios, nem os anuênios, e o salário também perdeu o poder de compra. Primeiro de maio está próximo, é no próximo domingo, é a data-base por lei aprovada aqui nesta Assembleia em 2003, sancionada pelo Governador Requião e que foi respeitada pelo Requião enquanto foi Governador nos oito anos que passou por aqui, depois de aprovada a lei da data-base. Essa data-base, que é 1.º de maio, o Governador não mandou para esta Casa o Projeto de Lei para recuperar o salário dos servidores. A inflação acumulada dos últimos 12 meses, ela já passa de 11%, somando de 2015 para cá, ela passa de 35%. Então, os trabalhadores do Paraná, do serviço público do Estado, estão trabalhando doze meses por ano recebendo apenas por oito meses, quatro meses a inflação corroeu. Então, o Estado está empobrecendo os poucos servidores que tem, tanto civis quanto militares. E aí, quando faz reformulação de carreira, faz e desagrada, foi o caso da educação com professores e funcionários, nenhum professor, nenhum funcionário concordou com a reformulação que foi feita. O Governo deu com uma mão e tirou com duas. A mesma coisa aconteceu com a Polícia Civil e com a Polícia Militar. Aqui trouxe um estudo de um caso. Um subtenente da Polícia Militar do Estado do Paraná, nível I, com a reformulação, caiu fora da tabela. Não está mais no nível I. Está fora. Está abaixo do nível I, que é o primeiro nível para um subtenente. Senão vejamos, são R\$ 7.865,69 o salário bruto do nível I para subtenente. E os subtenentes, Deputado Goura, do nível I, agora não estão nem no nível I, estão abaixo do nível I, estão no nível zero, porque passaram a receber, no mês de abril, bruto, R\$ 7.799,03. Está abaixo do nível I. Estão fora da tabela. Que enquadramento é esse que foi feito? Que comissão é essa que foi fazer um estudo lá no Palácio, que tinha representantes do Governo nessa mesa e que foi elogiado aqui por alguns Deputados esse trabalho? Mas que trabalho é esse? Por isso, os Praças da Polícia Militar estão descontentes. Estão recepcionando o Governador aonde ele vai, dizendo que precisa mudar. Estão aqui acampados à frente da Assembleia, dizendo que precisa mudar, que o que foi feito não foi bom. O Governo errou. Precisa corrigir. Por isso, os Praças estão aí dizendo também que precisa corrigir aquela cobrança de previdência abaixo do teto do INSS para os da reserva. Estão cobertos de

razão. E o governo deve e pode corrigir isso. Isso fez reduzir o salário, por mês, mais de R\$ 600,00 para os Praças aposentados ou da reserva. Mas também tem uma redução de salário dos aposentados civis, professores, demais servidores civis aposentados que passaram a pagar a previdência do salário que está abaixo do teto do INSS, quando os trabalhadores do Brasil, cujo teto do INSS passa de R\$ 7 mil, até o teto não pagam previdência. E por que aqui os servidores do Paraná estão pagando? Ai vamos chegar ao 29 de abril, que será sexta-feira, onde os servidores do Estado do Paraná estarão unidos, policiais e demais servidores, estarão unidos aqui em Curitiba. Porque o 29 de abril de 2015 atacou o Fundo de Previdência dos Servidores. Colocou uma conta para o Fundo de Previdência pagar que não é do Fundo de Previdência dos Servidores, porque o Fundo de Previdência, criado em 1999, deixou de fora aqueles servidores mais antigos que não tinham Fundo, que já estavam aposentados e não tinham Fundo de Previdência, ficou na conta do Tesouro do Estado. O que aconteceu em 29 de abril de 2015, no dia daquele massacre? A Assembleia votou um Projeto, do Governador da época, pondo 34 mil e 600 aposentados que tinham acima de 73 anos, que não pertenciam ao Fundo, que nunca contribuíram para esse Fundo, para ser credor do Fundo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. O Tesouro do Estado deixou de pagar essa conta. Transferiu essa conta para o Fundo de Previdência. Aí o que aconteceu mais tarde no Governo Ratinho? Ele disse: *Olha, tem deficiência financeira no Fundo.* Claro, o Governo meteu a mão grande em mais de 2 bilhões por ano no Fundo. E aí passou onerar, inclusive, os aposentados também e aumentou a tarifa para quem está na ativa. Por isso, quero aqui parabenizar os servidores que estão mobilizados, unidos. E que, no dia 29, além de relembrar aquele triste massacre para que nunca mais aconteça, estão trazendo a pauta de reivindicação ao Governador que pode e deve atender, porque o Estado do Paraná tem dinheiro. E, se não renunciar beneficiando os grandes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Republicano, Deputada Cantora Mara Lima.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Cantora Mara Lima (REP); Mabel Canto (PSDB); Maria Victória (PP); Tadeu Veneri (PT); Homero Marchese (REP); Luiz Claudio Romanelli (PSD); Marcel Micheletto (Governo); e Requião Filho (Oposição).

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Bom dia a todos e a todas, Presidente Traiano, Mesa Executiva, Deputados e Deputadas, *TV Assembleia*. Meu pronunciamento, nesta manhã, é para trazer aqui o meu total apoio, Presidente, ao Projeto de Resolução n.º 5/2022, que é de nossa autoria com vários Deputados, entre eles Maria Victória, Cristina Silvestri, Mabel Canto, Luciana Rafagnin e também o Deputado Romanelli, com o apoio de vários Deputados. É a Bancada Feminina na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A luta nossa aqui tem sido grande. Estou no terceiro mandato como Deputada nesta Casa e Presidente da Comissão de Direitos e Defesa da Mulher. Já vimos tanta injustiça no *andar da carruagem*. E tentando deixar, quem sabe, mais leve, as futuras gerações e mulheres que virão após nós, pensamos, então, reunidas com as Deputadas, de dar uma guinada agora e uma mudada neste reconhecimento das mulheres dentro desta Casa de Leis. E quero parabenizar a Mesa, o Deputado Traiano, o Romanelli e os Deputados que apoiaram tão prontamente essa decisão, que é a mudança do Regimento Interno, que cria a Bancada Feminina na Assembleia Legislativa do Paraná e que não é novidade lá em Brasília, já existe uma Bancada. E foi apresentada aqui. Sabíamos que haveria uma resistência muito grande, porque é algo novo aqui na Assembleia e no Estado do Paraná. Criar a Bancada Feminina composta por todas as Parlamentares da Casa é um desejo nosso para que possamos ter voz. Não que não tenhamos, mas temos que ter mais ativa nas decisões da Casa, com todos aqui. E não queremos ser, longe de nós, tentar aqui de braço forte, querer mostrar força entre os Deputados e as Deputadas quem é melhor. Não é nada disso, gente. O que queremos de verdade é poder trabalhar junto, em igualdade. Poder ter decisões para melhor condução da Casa. É isso que desejamos. Sei que mediante tudo que está acontecendo, a

mídia falando, mas acredito que esse Projeto terá, sim, o seu benefício muito grande e a necessidade dessa inclusão das mulheres. E aí existe uma conversa que, se o povo quisesse as mulheres, votariam nelas e elas estariam aqui. A verdade é que a mulher, muitas vezes, não entra na política exatamente por isso aqui, porque ela sabe que vai ter que enfrentar uma guerra. E não são todas as mulheres que estão dispostas. Não que não tenham coragem. Elas sempre terão. Estão dispostas a essa guerrilha. Muitas mulheres acham, então, *vamos ficar na nossa posição aqui*. A inclusão social da mulher na sociedade é em um todo, inclusive aqui dentro da política, não é? Dentro do Parlamento. Então, deixo a minha palavra aqui pedindo, mais uma vez, o apoio dos Deputados. E será muito bonito isso que vai acontecer aqui nesta Casa. Não sabemos qual é o nosso futuro político, o meu mesmo, estou Deputada, não sei se serei, se vão me reconduzir novamente a esta Casa, mas com certeza deixarei para as próximas Deputadas, não é, uma oportunidade de poder também discutir os assuntos aqui dentro desta Casa.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Concede um aparte?

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Logo em seguida, Deputada Cristina. E para dizer a verdade para vocês, somos a minoria aqui, mas não a minoria que está nos assistindo lá fora. Lá fora somos a maioria e elas esperam uma posição nossa aqui dentro. Deputada Cristina.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Obrigada, Deputada Mara. Quero usar seu tempo porque não tem mais um tempo para eu falar. Mas o que queria dizer aos Sr.^s Deputados, às Sr.^{as} Deputadas, que esse nosso Projeto de Lei, e aqui quero agradecer à Mesa Diretora, quero agradecer ao relator, ele vem para reparar uma demanda histórica da participação da mulher na política. Temos 400 anos de atraso, 400 anos! A mulher começou votar há menos de 100 anos. Então, o que estamos pedindo aqui é a participação da mulher nas ações da Assembleia, com direito a ter voz, a ter voto. Queremos ser protagonistas, protagonistas da nossa história e o Deputado Homero foi muito infeliz na fala dele ontem quando ele diz que somos uma maioria e somos uma minoria aqui na Casa. E essa minoria não é porque queremos, gostaríamos de ter a igualdade dentro desta Casa já que somos a maioria, mas a mulher ela

não está ao pé de igualdade com os homens na política e o que precisamos é disso, é dessa igualdade e essas mulheres elas não têm a mesma visibilidade que os homens, porque é histórico, a política foi feita pelos homens. Quando você diz: a mulher tem dificuldade de se eleger. Tem muita dificuldade, porque a figura dela não aparece como aparece a figura do homem, ela não tem nem acesso a recursos que os homens têm e quando chega o recurso, chega na última hora. Então, é muito difícil a participação da mulher, mas nós, Mara, como mulheres, Maria Victória, nós que perpetuamos a humanidade, queremos que os nossos filhos, que os nossos netos cresçam e se criem em uma sociedade justa, em uma sociedade fraterna por isso a nossa participação. Então, que possamos dar a nossa contribuição para a criação, para o desenvolvimento da sociedade, porque nós é que somos responsáveis por essa continuidade. É muito injusto não podermos participar da política e é isso que queremos: é só reparar essa injustiça histórica da mulher na política. Obrigada.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Obrigada, Deputada Cristina. Na verdade isso que a Deputada falou é uma verdade, é uma reparação. Estou aqui, como disse já vai para o terceiro mandato e essa reparação precisa ser feita com urgência para que essa mulher realmente tenha o seu lugar na sociedade, principalmente aqui, dentro desta Casa de Leis. Não que não sejamos respeitadas, sempre fomos muito respeitadas pela nossa Mesa Executiva, mas é um direito nosso e queremos esse direito de poder ter mais ações junto ao Legislativo. Deputado Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a, Deputada Cantora Mara Lima, cumprimentar as demais Deputadas que subscrevem esse Projeto de Resolução, o Deputado Romanelli que também subscreve esse Projeto. Dizer que tem todo o nosso apoio. Vocês estão cobertas de razão quando propõem a participação efetiva das mulheres na Mesa Diretora, nas Comissões Temáticas da Casa. As mulheres não têm tido a mesma condição do que os homens de participar da política. Uma coisa é igualdade de oportunidade, outra coisa é igualdade de condições, e não é dado às mulheres igualdade de condições na política. Os países que decidiram determinar um

percentual mínimo de mulheres eleitas e não só como candidatas, avançaram, estão dando lições de cidadania, de desenvolvimento social e econômico. Então, têm todo o nosso apoio. Queremos, um dia, que aqui no nosso País, metade dos cargos seja no município, no Estado e na União, seja no mínimo assegurado às mulheres, porque a nossa sociedade brasileira, inclusive, já tem um percentual que ultrapassa 50% de mulheres e precisamos dar as condições concretas. A sociedade precisa fazer mais do que fez até hoje. Aqui estou coordenando a Frente Parlamentar dos Homens pelo fim da violência contra as mulheres no Estado do Paraná. Precisamos, com as mulheres, darmos este passo, este avanço ou não teremos uma sociedade justa. Por isso, parabéns. Contem conosco.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (PSDB): Obrigada, Deputado Lemos.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Um aparte, Deputada.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Só um momentinho, Deputado. O que o Deputado Lemos falou é uma grande verdade. Muitas mulheres, às vezes, deixam de se candidatar porque elas sabem que vão enfrentar um problema seriíssimo e elas têm que estar preparadas psicologicamente para isso tudo, porque a mulher quanto mais ela faz, parece que não compensa, ela tem que sempre estar mostrando que ela é capaz, que ela é capaz, ela é capaz e, infelizmente, essa é a realidade. Mas estamos indo para um patamar aos pouquinhos, devagarinho. Quem dera, Deputada Cristina, Deputada Maria Victória, Deputado Amaro, Deputado Lemos e Deputados que estão aqui, não precisássemos estar discutindo isso, que isso fosse natural. Natural! Mas, infelizmente, enquanto não acontecer isso, temos que achar condições para que essa mulher seja reconhecida de alguma forma. Deputado Amaro.

Deputado Alexandre Amaro (REP): Parabenizo, Deputada Mara Lima, a fala da senhora e queria falar aqui em nome do Partido Republicanos, porque o Partido Republicanos estou nele desde a sua fundação, 2005, e a senhora, o Deputado Homero, o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Delegado Fernando vieram agora para o Partido Republicanos. E queria, em nome do Partido, pedir desculpas às mulheres que se sentiram lesadas com essa fala do

nobre Deputado Homero Marchese, que também é do nosso Partido, como eu e a senhora. Então, sei da fala dele, o pensamento, ele pode se expressar da maneira que bem quiser, o Parlamentar, não julgo a fala dele, mas falo agora em nome do Partido Republicanos, o Partido que é 10. Inclusive o *slogan* do Partido é uma mulher, não é. Queremos que a mulher tenha voz, tenha vez, que a mulher esteja sempre inserida aí nos nossos trabalhos na Assembleia Legislativa. Então, falo aqui, hoje, e posso falar em nome do Partido, porque sou o mais antigo no Partido aqui. Peço desculpa aí às mulheres que se sentiram lesadas por causa da fala do nobre Deputado que também pertence ao Partido Republicanos. Está bom? Muito obrigado.

DEPUTADA CANTORA MARA LIMA (REP): Obrigada, Deputado Amaro. Teria outro assunto para tratar que seria a violência religiosa contra a CGADB, no Brasil, por meio até, nunca falo sobre partidos aqui, mas o Partido dos Trabalhadores ele processou a CGADB, do Brasil, com 23 milhões de membros pela ida de Bolsonaro em Cuiabá naquele grande evento. Falarei segunda-feira sobre isso e eles falam que é porque teve uma campanha antecipada. Se a partir de agora não podermos receber uma autoridade dentro das nossas convenções, da nossa igreja, então vai ficar muito difícil para nós. Realmente isso é complicado. Sei que isso não vai prosperar, mas o respeito ao Pastor José Wellington, quase 90 anos, que foi processado, também Pastor Wellington Junior e toda a nossa CGADB. Estamos com a nossa convenção geral e, com certeza, falarei melhor sobre esse assunto na segunda-feira, mas quero dizer para vocês que tem o nosso repúdio esse processo contra a nossa Igreja, e acredito que todos os evangélicos se sentiram processados também diante dessa fúria. Acho que temos liberdade de receber quem quisermos dentro das nossas Igrejas. As autoridades que quiserem nos visitar são bem-vindas a qualquer momento. Em nome dos 23 milhões de membros no Brasil, fica aqui o nosso repúdio então a esse processo e o nosso respeito, mais uma vez, ao Pastor José Wellington Bezerra e a toda nossa convenção. Meu muito obrigada, gente! E vamos em frente! Momentos difíceis, mas vamos vencendo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, pelo PSDB, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Bom dia a todos os Parlamentares, a todos que nos assistem. Subo a esta tribuna de fato com o coração machucado, porque de um lado está um assunto que defendo desde o início da minha campanha para estar aqui. Sou a primeira Deputada Estadual eleita de Ponta Grossa na história em quase 200 anos, a primeira dos Campos Gerais. Trouxe esta luta para esta Casa. Já fiz a proposição de inúmeros Projetos de Lei em prol das mulheres. E ontem, de fato, fiquei muito triste e por isso digo que o coração está machucado, porque ouvi, e ouvi ao vivo, a fala de uma pessoa, de um Parlamentar que considero um amigo aqui, que é o Deputado Homero Marchese. Como disse, trouxe comigo esta pauta. Encontrei companheiras aqui nesta pauta que, unidas, Deputada Cristina, Deputada Mara, Deputada Maria Victória e Deputada Luciana, e unidas aqui temos avançado muito em relação aos direitos das paranaenses. A criação da Procuradoria da Mulher, um avanço extremamente importante. Quantas denúncias conseguimos levar até à Procuradoria. Recentemente, a própria questão do assédio institucional das PMs, das policiais, entre outros tantos fatos. E o que ontem conversava com o Deputado Homero é que justamente se somos uma minoria aqui neste Parlamento, na Câmara Federal ou em outros lugares, é porque ainda há uma questão social que precisa ser mudada. A mulher, infelizmente, ainda não se sente à vontade para estar nesse meio, por inúmeros motivos, e vou dizer o mais simples de todos, que é inclusive o que mais sofro na política: que é o de ser mãe, que é o de deixar os nossos filhos, Deputada Maria Victória tem duas crianças pequenas, tenho uma, que é deixar os nossos filhos, ter que viajar, ter que vir aqui, porque de fato não conseguimos mais estar 100% com eles. É também a questão da violência, Deputado Homero, que muitas mulheres passam, e que tanto temos falado aqui: uma mulher que apanha dentro de casa, ela não tem confiança para estar aqui. E é por isso que este trabalho que vem sendo feito de mudanças, de garantir representatividade aqui dentro, é importante, porque precisamos, acima de tudo, inspirar mais mulheres a estarem aqui. Por outro lado, quero dizer, Deputado Homero, que o senhor não é machista. Digo-lhe isso porque convivemos muito, o senhor já me ajudou em inúmeros projetos em prol das mulheres, já foi relator de inúmeros projetos, mas a sua fala ontem, infelizmente, teve uma repercussão machista e não podemos, Deputado

Homero, concordar com falas assim, porque por um lado elas desabonam todo esse trabalho que temos feito, de inclusão das mulheres. Acho que todas nós, em algum momento, já sofremos violência política, já sofremos violência, às vezes, até doméstica. É difícil chegar aqui, Deputada Mara, para nós mulheres. É mais difícil ainda se manter aqui, Deputada Cristina, por tudo que passamos, ouvimos, e acho que não podemos também só se atentar a essa questão da falta de representatividade, mas da luta que temos de se manter aqui, quando muitas vezes somos assediadas, quando muitas vezes zombam do que falamos nesta tribuna, quando muitas vezes desmerecem o trabalho que fazemos aqui. Já tive situações, por exemplo, de chegar a um lugar com um assessor e olharem para o assessor e falarem: *Boa tarde, Deputado*, referindo-se ao homem, não à mulher, e isso precisamos mudar. Outras situações que vamos passando. Por exemplo, eu já fui chamada de hipócrita aqui pelo Ex-Líder do Governo e “ninguém me defendeu aqui”, mas isso aconteceu. Foi violência política. Na época, não era tipificada. Se fosse, com certeza, teria denunciado. Na campanha de Prefeita. Como é difícil para uma mulher fazer uma campanha para Prefeita. E lá em Ponta Grossa foi histórico: duas mulheres no segundo turno. Ouvi que quem ia mandar na Prefeitura era o meu pai; ouvi que não tinha capacidade; ouvi que eu era uma mimada, uma *patricinha*, entre tantos outros adjetivos. Isso tem que mudar. Isso só muda com representatividade. Por isso que falamos tanto aqui. Então, Deputado Homero, volto a lhe pedir, já conversei com o senhor, já falei como amiga com o senhor, para que o senhor reveja o seu posicionamento. Não é errado voltar atrás quando vemos a situação. Que o senhor veja que há uma questão social muito maior do que este Parlamento, mas que por essa questão social, hoje, precisamos garantir os meios de as mulheres estarem aqui, continuarem aqui e serem representadas. Talvez não estejamos aqui no ano que vem, de fato, mas vamos garantir que outras mulheres possam estar aqui, e aquelas que estiverem aqui, tenham voz, inclusive, perante a Mesa, porque isso é importante, que as mulheres falem e sejam ouvidas de verdade. Para finalizar, o motivo de lutarmos pelas mulheres, como já disse, é trazermos mais inclusão. E uma das coisas mais bonitas que vi na minha campanha para Prefeita, quando andava nos bairros, lá pela cidade, era receber o abraço e o carinho das meninas da nova geração. Meninas ali de 6 a 15 anos, que

vinham, abraçavam-me e você via o brilho nos olhos de ver uma mulher ali batalhando por elas. Quem sabe, naquele momento, tenha inspirado elas a um dia, também, estarem nesse espaço. Então, é por isso que temos que estar aqui. É por isso que temos que lutar. E espero então, Deputado Homero, volto a dizer: o senhor é meu amigo pessoal. Sempre conversamos sobre muitas coisas, damos muitas risadas juntos, mas que o senhor reflita, reveja o seu posicionamento. Ontem, o Deputado Tião Medeiros falou: metade da população é de mulheres, a outra metade são filhos de mulheres. Então, a mulher tem um lugar muito especial e esse lugar tem que ser garantido aqui também. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Com a palavra, Deputada Maria Victória.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Bom dia, Sr. Presidente, 1.º Secretário, Deputado Luiz Claudio Romanelli, Bazana, como nosso 2.º Secretário, todos Deputados e Deputadas desta Casa e público que nos acompanha pela *TV Assembleia* e pelas redes sociais. Não sou feminista. Não sou. Nunca fui! Mas não poderia deixar, não poderia me calar, como mulher e como Parlamentar. Hoje subo a esta tribuna para defender o Projeto de Lei n.º 5/2022, que cria a Bancada Feminina na Assembleia Legislativa. Um Projeto de autoria das Deputadas Cristina Silvestri, Mara Lima, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Maria Victória e do Deputado Romanelli. É um Projeto que assegura a participação feminina na Mesa Diretora desta Casa, um Projeto que acompanha a iniciativa do Congresso Nacional e do Senado da República, que já tem Bancada Feminina. É um Projeto que inova, porque somos a primeira Assembleia Legislativa do Brasil a propor a Bancada Feminina. Dessa forma, Sr.ªs Parlamentares, teremos a oportunidade da participação na tomada de decisões desta Casa. Teremos voz, teremos vez e é por isso que pedimos o apoio dos nobres Parlamentares neste Projeto de Lei. Agradeço de forma especial ao Relator deste PL, o Deputado Tião Medeiros, que deu um parecer favorável, que é meu Líder nesta Casa e que tenho orgulho. Agradeço a todos os Parlamentares que apoiaram e defenderam as mulheres e este Projeto de Lei. Agradeço e parablenzo a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que se

posicionou de forma correta, defendendo-nos e valorizando a participação de nós mulheres nesta Casa e na política. Defendo, sim, a igualdade de gênero. Queremos direitos iguais! Mas defendo a equidade de gênero. Precisamos ir além, Deputado Arilson, precisamos considerar as diferenças. Somos diferentes, nós, homens e mulheres! E é por meio de Projetos desta iniciativa, é infelizmente por meio de cotas, mas é por meio de iniciativas desta forma que atingiremos o nosso objetivo, que é de termos de fato direitos iguais. Precisamos avançar. Segundo a ONU, o Brasil está no fim da fila dos países com baixa representação feminina na política, somos o n.º 142 de 191 nações. Somos o 9.º país dos 11 da América Latina. Em 90 anos do voto feminino e desde então, dos 7.333 Deputados Federais eleitos, só 266 mulheres, só uma Prefeita de capital eleita no Brasil, a Prefeita Cintia Ribeiro, de Palmas, no Tocantins. Somos nesta Casa só cinco mulheres, dos 54 Parlamentares, mas tenho muito orgulho, tenho muito orgulho de estar Deputada com vocês, Mara, Cristina, Mabel, Luciana. Tenho muito orgulho de ser mulher. Tenho muito orgulho de ser Presidente do Progressistas no Estado do Paraná e, por meio do nosso Partido, no ano passado fizemos dezenas de eventos, com o apoio da Fundação Milton Campos, para assegurar, para aumentar a participação feminina da mulher na política. Filiamos mais de 2 mil mulheres só no ano passado. Tenho orgulho da minha mãe, a Cida Borghetti, que foi Deputada e colega de vários Parlamentares aqui, mas que foi a primeira mulher a governar o Estado do Paraná. Tenho muito orgulho da minha mãe, grande exemplo para mim de participação feminina na política. E tenho muito orgulho também do meu pai, o Deputado Federal Ricardo Barros, que talvez seja o maior incentivador da mulher na política, não só no Paraná, mas no Brasil, sempre apoiou as causas da mulher. Tenho muito orgulho dele, meu líder. E estamos lutando, Deputado Romanelli, estamos lutando e continuaremos lutando firmes e fortes pelo futuro, pelas mulheres, pelas minhas filhas Maria Antonia e Maria Valentina. Um aparte ao Deputado Arilson Chiorato.

Deputado Arilson Chiorato (PT): Deputada Maria Victória, quero parabenizá-la pela fala. Ao parabenizá-la, quero parabenizar todas as mulheres que estão conosco no Plenário e aquelas em especial que participam da política. É necessária uma equiparação histórica, principalmente nos espaços de poder. A

nossa cultura é cruel com as mulheres, porque ela delega uma atividade não remunerada, inclusive, que consome todo o seu tempo. Por conta disso, principalmente por isso, temos poucas mulheres na política e em outros espaços de poder. Precisamos, por meio de leis e de políticas públicas, incentivar a participação feminina, mas, mais do que isso, conscientizar da importância da sua capacidade e poder de argumentação em debate. Uma sociedade que construa o equilíbrio, a equidade. A nossa sociedade possui um abismo social muito grande e se nós, atores e atrizes políticas desta Casa, não fizermos, quem fará esta correção? É papel nosso: mesmas condições para homens e mulheres. Caminhemos juntos. Conte com o meu apoio neste Projeto de Lei. Parabéns.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Muito obrigada, Líder da Oposição, Deputado Arilson Chiorato, pelo pronunciamento. Agradeço a todos os Deputados que nos apoiam e apoiam este Projeto. Peço o apoio de vocês porque de fato é necessário para que possamos avançar em políticas públicas de qualidade, que valorizem a participação feminina na política. Quero também aproveitar a oportunidade que estou usando esta tribuna para dar as boas-vindas ao Secretário da Segurança Mesquita, parabenizar o nosso Governador Ratinho Junior pela brilhante escolha. Tenho certeza de que será um excelente Secretário e contribuir com o desenvolvimento do Estado do Paraná, e agradecer aos colegas Deputados que representam Maringá pelo convite, ontem fomos juntos, Deputado Evandro Araújo, Deputado Delegado Jacovós, Deputado Batista também estava conosco e outros Deputados que nos acompanharam na agenda com o Presidente do Tribunal de Justiça, José Laurindo, tentando, e se Deus quiser conseguiremos, uma Comarca na cidade de Paissandu, que vai beneficiar não só Paissandu, mas toda a nossa região lá de Maringá. Foi uma agenda produtiva. E na próxima quinta-feira, amanhã, às 13h30, teremos também uma agenda para buscar a Comarca da cidade de Palmeira, Deputado Plauto Miró. Já fica o convite para irmos juntos, junto ao Tribunal de Justiça, defender esta bandeira que está pendente há alguns anos. Muito obrigada pela atenção de todos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): *Pela ordem,*
Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Quero aqui trazer uma preocupação que recebemos de Formosa do Oeste. Uma propriedade rural foi atacada nessa noite, a casa foi incendiada, o galpão, o barracão da propriedade foi incendiado, foram furtar várias coisas, roubar a propriedade. Então, a insegurança é muito grande em Formosa do Oeste. A população está clamando por um efetivo maior, por mais segurança, porque a população está insegura lá no município. Por isso, aproveitando já a posse do novo Secretário da Segurança Pública, que ele encaminhe para Formosa do Oeste um efetivo maior da Polícia tanto Civil, quanto Militar, para dar segurança à população. Aconteceu na propriedade da família Favorito, lá na estrada Amazonas, esse triste episódio. Um grupo de ladrões atacou essa propriedade rural.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Perfeito, Deputado Professor Lemos, está feito o registro. Próximo orador inscrito na Liderança do Partido União, Dr. Batista, com a palavra. O Dr. Batista declina. Próximo orador inscrito, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Deputado Romanelli, enquanto o Tadeu não chega, queria registrar aqui o falecimento de uma amiga, Terezinha Fistarol, Ex-Vereadora de Ampére, que sofreu um atropelamento hoje pela manhã e não resistiu. Uma pessoa incrível, de um coração enorme, que veio a falecer. Vou fazer um voto de pesar e convido a todos aqueles que conheceram a Terezinha, a assinarem conosco. Perdemos uma pessoa, perdi uma amiga hoje. É isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Associamo-nos, Deputado Requião Filho, ao voto de pesar pelo falecimento da Vereadora Terezinha, enfim, e a toda a família. O orador já está na tribuna, Deputado Tadeu Veneri com a palavra.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, vou sair um pouco do *script* aqui. Claro que ontem falei, inclusive o Deputado Homero e as Deputadas que são da Comissão de Constituição e Justiça, divergimos da fala, mas entendemos que ela é legal do ponto de vista da necessidade de ocupar espaço e tem que ser respeitada, mesmo, como disse a Deputada Mabel, mesmo com as divergências. É preciso que as mulheres ocupem espaço? Sim. É preciso que as mulheres tenham mais, não só as mulheres, mas todos os grupos que se sentem sub-representados, que lutem pela sua representação? Sem dúvida nenhuma. Agora é preciso também que aqueles que tenham opinião divergente sejam respeitados nas suas opiniões. Então, tenho divergência com o Deputado Homero, mas reconheço o seu direito de expressar a sua opinião, dentro desse espaço. Mas estou, aqui, Sr. Presidente, por duas situações. A primeira, diria que é com bastante satisfação, que talvez tenhamos encerrado ou já encaminhamos para encerrar hoje uma situação que estamos acompanhando já há um ano e meio, que é a tentativa de regularização fundiária de uma área de Antonina, ocupada já há 22 anos e que por emendas parlamentares feitas no entendimento entre mim, o Deputado Curi e também agora com a Presidência da Assembleia, será possível, colocamos valores em torno de um milhão e meio, agora serão um milhão e setecentos mil reais, para que aquela área possa ser adquirida pelo Estado e feita a regularização com essas 40 famílias que estão lá. Acredito que a Assembleia dá um passo importante e talvez abra um processo para que possamos na frente encontrar como um caminho. A segunda, é claro também dizer da minha satisfação, Sr. Presidente, com um encontro que está acontecendo agora no Palácio Iguaçu, entre a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Governo do Estado. Há uma carta que está sendo entregue hoje para que o Governo do Estado implemente as câmaras corporais de vídeo na Polícia Civil e na Polícia Militar, assim como temos o Projeto, aqui, Deputado Fruet, o senhor que é um defensor dos policiais civis, dos policiais militares, que tem tido sempre uma luta muito forte nesse sentido, nunca se omitindo em todos os momentos, sabe que esse é o mecanismo que reduziu muito a letalidade do policial em São Paulo, 85%; protegeu os policiais em Santa Catarina; protege, como falei, inclusive aqui, com a concordância e não está neste momento no Plenário, mas com a

concordância do Coronel Lee, que é preciso que tenhamos condições de dirimir as versões dadas de forma diferente. Acredito que isso será extremamente importante e que se o Estado entender assim, que mande para cá uma mensagem, que mande para cá uma mensagem para que possamos, de fato, com essa mensagem, claro, retirarmos o Projeto que temos aqui, que já tem parecer favorável da CCJ, mas que entendo que há muito mais legalidade do Governo do Estado, quando apresenta, porque apresentará, inclusive, com previsão de gastos já para o próximo exercício. Isso será bom. É bom lembrarmos que hoje, por exemplo, no Rio de Janeiro, e sabemos, Deputado Fruet, que o Rio de Janeiro tem uma perda, talvez a maior perda de policiais que tenhamos em todo o Brasil, em todo o território brasileiro, seja no Rio de Janeiro. É a polícia que mais morre e é a polícia que mais mata, assim como São Paulo também estava nesse caminho, assim como outras polícias também estão nesse caminho, seja pela quantidade enorme de horas trabalhadas, seja pelo baixo salário, seja pelos desvios que ocorrem, que ocorrem em todas as profissões. À verdade é que temos essa situação. No Paraná, temos uma situação que diria que é contraditória. Alguns anos atrás, pelo anuário de violência que temos de segurança pública, tínhamos mais policiais que perdiam a vida por suicídio do que por confronto direto, aqui no Estado do Paraná. Ou seja, temos uma polícia doente, doente do ponto de vista psicológico. Quando vemos que um grupo de pessoas, um grupo de entidades está no Palácio Iguaçu para buscarem fazer o entendimento para que venha para esta Casa um Projeto de Lei nesse sentido, acho que é um avanço para a sociedade. Quero também, Sr. Presidente, feitas essas duas considerações, falar sobre os projetos que ontem analisamos na CCJ. Hoje foi pedido vista na Comissão de Finanças, que são projetos do Ministério Público, do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa, que dizem respeito à criação de novos cargos. Já nos manifestamos aqui contrário, já falei inclusive ao Presidente, já falei aos que nos procuraram, aos jornais que nos procuraram, que somos contrário. Claro que a decisão do Ministério Público em criar seus cargos, que vem na mesma esteira da criação dos cargos no Tribunal de Justiça e é sempre aquela discussão sobre o equilíbrio entre os dois Poderes ou entre o Poder Judiciário e o Ministério Público, que não é um poder, tem certa simetria, diria, por

apresentarem, inclusive, para aonde irão esses cargos, como que serão feitos. Aqui na Assembleia Legislativa houve uma série de questionamentos.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Um aparte para não fugir do assunto da questão da segurança pública, à situação dessa câmara?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Pois não.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Como policial militar, eu tinha uma câmara própria, justamente para algum adentramento à residência, em um momento a pessoa concorda e depois ela quer discordar. Então, registramos esse fato, porém, é muito mais abrangente, Deputado. Até o TJ também teria que rever algumas situações. Temos um problema muito grande na nossa fronteira de tráfico de drogas. Se você pega um traficante com quatro buchinhas de cocaína, 28 pedras de craque, muitas vezes entende que é pouca droga, o local, isso, aquilo e ele acaba até saindo da audiência de custódia. Ele vai responder, mas em liberdade. Tenho prova disso de um menor que preendi, na mesma semana, três vezes vendendo droga. Então, tem muita coisa que tem que ser revista, principalmente, nessa questão também com o TJ. Tem que ser mais firme nessas questões, porque para o polícia parece que é *enxugar gelo*. Há uma política de cuidar do trabalho do policial, de como é feito o trabalho do policial, mas prender não é o trabalho do policial e, para ficar preso, precisamos do Ministério Público, precisamos do TJ. Então, fazemos a nossa parte, mas o TJ, o Ministério Público têm que fazer também, serem mais firmes e mais contundentes nessa situação, principalmente em região de fronteira e na maneira de ver o trabalho do policial. Discordo da audiência de custódia, Deputado. Cinquenta vezes fui indicado, que o preso vai lá e pergunta como é que você foi preso? Que preso vai falar bem do polícia? Então, é meio estranho, absurdo isso aí. Então, é muita coisa que tem que ser revista, Deputado. Obrigado.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Deputado Fruet. Mas o senhor está correto, à medida que tenhamos câmeras de vídeos nos uniformes, tenhamos nos carros, isso dá inclusive ao policial a segurança de ter a sua versão também confirmada, não estou dizendo que acaba com todos os

problemas, mas reduz muito. São Paulo reduziu 85%. E como o senhor falou, há um histórico que pode, com muita tranquilidade, confirmar a versão dada pelo policial. Então, é nesse sentido que esperamos que o Governo do Estado mande. Mas só para concluir aqui, Sr. Presidente, no caso específico da Assembleia Legislativa surgiram diversas dúvidas e uma delas é que a partir de 2019, quando tivemos a primeira reunião em um colégio de líderes aqui, quando foi feito, lembro ao senhor que estipulamos, nós que eu falo, todos os Deputados, estipulamos a quantidade que seria direcionada a cada uma das comissões, a cada um dos blocos que foi feito pela Mesa. O Deputado que nos antecedeu, aliás, foi o primeiro Deputado que falou aqui, foi o Deputado Michele, solicitou, e não vejo o Deputado Michele aqui no Plenário, desculpe, está lá o Deputado Michele, mas reforço a posição do Deputado Michele, que tenhamos, antes de votar esse Projeto, que tenhamos uma reunião com todos os líderes de partidos, porque querendo ou não, Sr. Presidente, a Mesa responde, sem dúvida nenhuma, mas os Deputados também respondem. Hoje, 7 horas da manhã, estavam me ligando, perguntando que história é essa de criação de 200 cargos na Assembleia Legislativa: *Quantos cargos são para você? Falei: Para mim, nenhum. Não tem cargo para gabinete. Não, mas quantos cargos você tem? Falei: Olha, estou na Comissão de Direitos Humanos há 10 anos, temos dois cargos na Comissão de Direitos Humanos, dois cargos.* Inclusive uma das vezes falei até ao Deputado Romanelli que precisaríamos desdobrar, sem alterar o valor, que precisaríamos de mais um cargo. Não foi possível. Precisávamos de um estagiário, não foi possível. E de novo falo aqui da Doutora Thaís, ela está aqui na sala ao lado atendendo a uma solicitação de uma demanda de União da Vitória por 40 casas que as pessoas estão sendo despejadas, mas faz a ata, faz todos os trabalhos externos, faz os trabalhos aqui. É muito pouco. Agora, é preciso que equalizemos as Comissões de forma, claro, aquelas que têm mais demanda, podemos estudar, mas não dá para uma Comissão ter 10, 15, 20, e outra ter dois. O Bloco da Agricultura Familiar tem duas pessoas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Se todos os blocos tiverem dois, tudo bem. Agora, não dá para um ter dois e o outro ter dez. Então, acredito que o Deputado Michele foi bastante feliz, Sr. Presidente, quando propôs que tenhamos, diria assim, antes de votar esse Projeto, que tenhamos uma reunião para ficar muito claro como que as coisas estão acontecendo, para não gerar dúvidas e para que possamos ter a tranquilidade de saber, votando a favor ou votando contra, que isso não significa um passaporte para que se tenha nesta ou naquela Comissão mais ou menos cargos. Não pode ser desse jeito. Não é porque o Deputado Homero vota contra, ou vota a favor, que isso lhe dá o direito de pleitear um, ou dois, ou três cargos a mais porque ele votou a favor, não é isso, não é uma barganha, em nenhum momento foi colocado dessa forma, não estou dizendo que é assim, mas não pode ser passado para a imprensa ou para a opinião pública como se fosse. Por isso, fica aqui a sugestão, Sr. Presidente, que, antes de votar, suspendamos a votação se for o caso... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, ok, concluiu. Registro a presença na Casa do Vereador de Cafeara, Sr. Hudson Estevão, por solicitação do Deputado Arilson Chiorato; e do Vereador de Palmas, Sr. Peterson Lobas, por solicitação do Deputado Adriano José.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só gostaria de fazer um registro, Presidente, que no próximo domingo, dia 1.º de maio, é também o aniversário, além do *Dia do Trabalhador*, é o aniversário de 110 anos do nosso Operário Ferroviário de Ponta Grossa. Então, temos aí que exaltar o nosso time, ele que representa tão bem a nossa cidade, eleva o nome de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Inclusive sou autora da lei que dá o direito, assegura aí o dia do Operário Ferroviário no Calendário do Estado, estaremos em uma grande festa no próximo domingo. E hoje, aliás, Deputado Paulo Litro, teremos um

jogo histórico em Ponta Grossa, Operário e Grêmio. E como filha de bom gaúcho colorado, vou torcer em dobro hoje pelo nosso fantasma. Obrigada.

DEPUTADO GALO (PP): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Presidente, registrar o *Dia do Empregado Doméstico* hoje e também *Dia do Engraxate*, já que fui engraxate na minha infância, então estou pedindo aqui para que a Casa lembre-se desses dois momentos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado. Deputado Homero, pelo Republicanos.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, população que nos assiste, ouvi atentamente o que falaram, muitos me mencionaram, então peço que não me interrompam quando falar sobre alguns dos senhores também. Vamos acabar com *conversa mole* agora então, vai! Temos falado nos últimos dias sobre os Projetos de Lei do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Assembleia Legislativa, que estão tramitando nesta Casa e criam cargos comissionados nos Poderes. Hoje vou focar só no PL desta Casa Legislativa, que criam inacreditáveis 121 novos cargos comissionados ao custo de R\$ 31 milhões. Para avaliar se havia a necessidade da criação desses cargos pedi para minha equipe que levantasse a quantidade de cargos na Assembleia hoje de acordo com o Portal da Transparência. E, para o mês de fevereiro, encontramos 1.726 cargos comissionados. Hoje de manhã refizemos a conta e subiu 50, tem 1.777. Só na Mesa Diretora e na Administração são 386. Mais do que isso, o resultado aponta algo que considero escandaloso, a existência de uma enorme quantidade de cargos em Blocos Parlamentares que pouco fazem e até mesmo de uma CPI que não existe. Vou mandar para o *WhatsApp* dos senhores, já mandei hoje para um dos grandes e sérios Deputados desta Casa, Deputado Tadeu Veneri, o levantamento que fizemos sobre a quantidade de cargos comissionados nesta Casa. Por exemplo, a Procuradoria-Geral tem 12 cargos

comissionados, talvez tenha inclusive aquele que foi preso recentemente por denúncia de corrupção no Governo do Estado. O Bloco Parlamentar da Erva-Mate 10 cargos comissionados. O que faz o Bloco Parlamentar da Erva-Mate? Estão bebendo erva ou estão fumando erva no Bloco Parlamentar da Erva-mate? Bloco Parlamentar Agropecuário, nove cargos em comissão; Bloco Parlamentar Digital, 7; CPI do Inquérito das ONGs. Essa CPI foi extinta pelo Poder Judiciário, mas tem duas pessoas trabalhando lá. Cadê vocês amigos? Vocês estão fazendo o que aqui na Assembleia? Fora a desproporção de cargos nas comissões, uma das comissões que mais trabalha, não tenho convergência total com essa Comissão, mas é a comissão comandada pelo Deputado Tadeu Veneri, tem dois comissionados para trabalhar, enquanto outras têm 7, têm 8, têm 9, têm 10. Só posso considerar que se trata de uma prática absolutamente nefasta, no mínimo antieconômica para o Estado do Paraná. Fico me perguntando o que pensa disso o paranaense médio, aquele que acorda cedo, vai trabalhar, corre risco, ao ver como está sendo gasto o tributo que ele paga com tanto suor para sustentar a si próprio e a família. E vem uma máquina inchada, que dá pouco resultado, envolvida em *tapinha nas costas*, risadinhas irônicas. O mais curioso é a sensação de que nada vai acontecer com quem está fazendo isso. Quem é que garante que essa quantidade enorme de cargos comissionados não está sendo monitorado há bastante tempo? Quem que pode garantir? Estamos no século XXI, vamos abrir a cabeça. Nenhum demérito ao servidor comissionado, não tem nenhuma razão para qualificar um servidor comissionado mais ou menos honesto, ou mais ou menos trabalhador que um servidor efetivo, tenho bastante experiência nisso para afirmar. Só que a quantidade é que chama bastante a atenção. Também me choca a certeza dos Deputados do Monte Olimpo, aqueles que comandam tudo isso e ficam com a *maior parte do bolo* e ficam *distribuindo migalhas* para os outros Deputados para ter o apoio desses outros Deputados, só não distribuem informação, porque se distribuíssem informação, veriam a injustiça que é isso daqui. De minha parte, o paranaense pode ficar tranquilo que vou continuar fazendo exatamente o meu papel. Sei muito bem qual é a minha missão, sei muito bem quais são as minhas garantias constitucionais. Meu Partido pediu desculpas, não peço desculpas por nada, não falei nada de errado, estou exercendo um direito meu de Parlamentar, fui

respeitoso, agi no momento correto, da forma adequada. Parem de *mi-mi-mi*, parem com essa *conversa mole*. Como é que vamos explicar para a sociedade o que vamos fazer com mais 121 cargos? Vamos colocar onde mais 121 cargos comissionados? É claro que diante disso tudo que falei, e também falei aqui, tenho falado de uma delação premiada que está há dois anos parada no Ministério Público, que deveria estar investigando suspeita de corrupção nesta Assembleia, e não anda para frente, e tenho falado isso na tribuna. É claro que iam fazer iam fazer uma *cortina de fumaça* e pegaram essa história de um voto simples, respeitoso, que fiz na Comissão de Constituição e Justiça para fazer essa *cortina de fumaça*. E tem muito Deputado e Deputada que *caiu como patinho* aqui, essa que é a verdade, estão *caindo como patinho*. Peço para a imprensa, para que dê entrevista, para também não *cair como patinho*. Faz anos que estou tentando na Justiça obter para onde vão os R\$ 30 milhões que é pago para a imprensa aqui no Paraná. Só sabemos o valor global. Não sabemos para onde vão os centavos. Talvez vão para *blogzinhos* sujos para plantar nota contra desafeto político. Ontem teve muito marmanjo *chorando no banho* aqui no Paraná. E teve até notinha na Comissão Executiva, no *site* da Assembleia. Imagino que tenha sido entregues para esses *blogzinhos*. Essa notinha é uma vergonha, Sr. Presidente, Sr. 1.º Secretário. Estão usando, desavergonhadamente, a máquina pública para perseguir desafeto político em revanche à minha atuação aqui dentro. Estão repreendendo Parlamentar por um exercício regular de um direito de uma fala de voto, feito no momento adequado, reitero, do modo adequado, de forma respeitosa. E me desculpe, Sr. 1.º Secretário, seria mais duro, mas vou ser menos duro aqui. O senhor, nos últimos anos, tem se revelado uma pessoa arbitrária. Tem brigado com diversos Deputados; faz piadas inconvenientes; não tem respeitado o direito de fala; tenta interferir no processo legislativo, como aconteceu no processo do passaporte sanitário; reinou, como ninguém, na pandemia, com suas restrições, máscaras e termômetros. É um homem muito empático que diz amar a humanidade, mas me pergunto se ama mesmo o próximo? E pergunto ao senhor, que quer ser Presidente desta Casa, se não está, com isso, eliminando a chance de ser Presidente desta Casa? Porque o Presidente desta Casa tem que ser um magistrado, não pode tomar partido. Como é que no meu mandato parlamentar vejo meu nome em uma notinha “Assembleia repudia as

falas". Repudia o caramba. Não tem que repudiar coisa nenhuma. Aliás, são tão empáticos às mulheres, por que não tem mulher na Mesa Diretora? Por que tem que ter lei para isso? A moral deve pregar isso. Por que não tem uma comissão contra assédio contra as mulheres nesta Casa? Já vi muito moralista assediando mulher nesta Casa, e contra *velho babão* procurem o Homero. Essa que é a verdade. Ninguém vai *colocar palavras na minha boca*. Ninguém vai me qualificar de coisa que não sou. Tenho uma história e tenho um currículo. Já pararam para pensar que esse ataque a mim por uma coisa ridícula, uma manifestação pueril, singela, não pode ter efeito contrário? Ontem, quando me procuraram as Deputadas, estava ouvindo atentamente, dou muito atenção a vocês, sempre dei. Sempre apoiei todos os projetos das senhoras. Vocês sabem disso. Agora, não preciso concordar com todos. Ou não existe divergência no Parlamento? Agora ficam com essa insistência, insistência, insistência de tentar me manchar pessoalmente por uma coisa pueril. Qual é o efeito disso? Não mudo o meu voto. Não retrocedo um milímetro. É isso que acredito. Acredito em igualdade de todos perante a lei. Esse é o problema do Brasil, aliás, não garantimos isso. É privilégio demais para poucas pessoas. Não mudo o meu voto e quero ser respeitado. Nunca faria disso um *cavalo de batalha*. Estão fazendo por quê? Para finalizar, quero agradecer muito aos Deputados que me apoiaram neste momento difícil. Muito mesmo. Primeiro lugar, quero agradecer ao Deputado Tadeu Veneri. Somos muito divergentes politicamente. Acho que, talvez, os mais divergentes aqui, mas acho o Deputado Tadeu Veneri homem, ele é sério, ele é desceite. Obrigado, Deputado Tadeu Veneri, por ter assegurado, mesmo não concordando com a minha fala, o direito de fazê-la. Obrigado, Deputado Estacho, também homem, sério. Obrigado, Deputado Guerra, Deputado Marcio Pacheco. Muito obrigado pelo apoio de vocês publicamente manifestado, pelo menos, entre os Parlamentares. Isso é muito importante. Agradeço muito. E agradeço a todos aqueles que se manifestaram também a favor de um direito de fazer o meu trabalho e dizer algo que não é escandaloso, de modo algum. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Homero, com a devida tranquilidade, serenidade, esta Presidência pede aquiescência de

todos os Sr.^s Deputados e Deputadas para fazer um breve comentário. Primeiro, que esta Presidência não se exime de qualquer responsabilidade de atos que possa, ao seu devido tempo, ter acontecido. Todo homem público investido no cargo está sujeito, a qualquer momento, a sofrer acusações infundadas. E o tempo tem dito isso. Aqui uso como exemplo o tio do Deputado Guerrinha, que foi enxovalhado no Brasil quando Ministro da Saúde. E posteriormente nada, nada conseguiram provar contra um homem probo, um homem que tem uma história e que, lamentavelmente, destruíram a sua vida, dos seus filhos, que tinham dificuldade de entrar nas escolas. Então, a cautela é necessária. O ímpeto da fala nos leva muitas vezes a fazer determinadas alusões sobre aquilo que não é do seu conhecimento ou de qualquer outro que pretenda fazer uma acusação. Essa é a verdade. A decisão da Mesa Executiva é em proteção, em defesa das mulheres desta Casa. As mulheres nos procuraram. Por iniciativa também da Mesa, criamos a Procuradoria da Mulher, que é um exemplo para o Paraná, na figura da nossa Deputada Cristina, que tem mobilizado o Estado inteiro com as demais Deputadas, como valorização da mulher. Da mesma forma nos procuraram para a possibilidade de discutir o Regimento Interno, para a inclusão, a criação da Bancada Feminina. Aliás, o Senado já decidiu isso. Não vejo razão para contestar uma decisão dessa que, na minha visão, nos dias de hoje, com esse movimento machista, acho que é algo extremamente valoroso, de valorização da mulher no nosso Estado. Não quero entrar na discussão pessoal. Agora, a decisão que tomamos, isso pedi ontem ao Deputado Romanelli e ele sabe disso, que não fizesse alusão à Assembleia e, sim, à Mesa Executiva, porque acho que, como defesa das mulheres que propõem um Projeto dessa magnitude, deveríamos, sim, nos manifestar. Respeito o posicionamento individual do Deputado. Nesta Casa ele está assegurado para falar o que bem quiser. Agora, também precisa responder por aquilo que acusa ou por suas colocações, infelizmente, ferem a mulher paranaense com esse espírito machista, quando todos sabemos que há um movimento, em todo País, em defesa da mulher brasileira, que, aliás, não são apenas quatro valorosas mulheres que aqui estão, queremos outras mais. A legislação eleitoral está abrindo esse espaço. E muitas vezes os partidos, infelizmente, usam as mulheres como cota, sem dar a oportunidade para que elas possam se inserir nesse contexto. Então, perdoe-me, Deputado Homero,

sempre vou respeitá-lo, com já lhe disse em algumas oportunidades. Quando qualquer Deputado for afrontado de forma ilegal, com acusações infundadas, vou defender a Casa e o Deputado, mas V.Ex.^a tem sido exacerbado, tem ido além. Vossa Excelência usa a mídia para fazer acusações infundadas, desconstruindo a imagem do Parlamento. O Parlamento não é o Presidente, não é o 1.º Secretário, nem o 2.º Secretário, não é Vossa Excelência; o Parlamento é o conjunto de todas as Lideranças, Deputados e Deputadas que legitimamente estão aqui pelo voto popular. Portanto, têm que ser respeitados. Vossa Excelência não pode ingressar em acusação infundada em relação a cargos existentes em determinadas Comissões, porque V.Ex.^a não sabe. Todos os funcionários que aqui estão colocados em Comissões ou em cargos prestam serviço e batem o ponto. Se V.Ex.^a não tem conhecimento, procure-nos que vamos informá-lo. Batem o ponto, sim. Não está à mercê de qualquer serviçal aqui do Poder Legislativo. Gostaria, com a compreensão de todos vocês, de pedir desculpas por ter que fazer esta fala, mas entendo que, como magistrado, tenho o dever e o direito. Aqui nenhum Deputado, nenhuma Deputada, podemos jamais incriminá-los pela nota da Mesa Executiva porque não foram consultados, e é verdade, mas é uma defesa das nossas Deputadas, porque elas nos procuraram, elas solicitaram que pudéssemos abrir a oportunidade para essa criação desse Bloco na Bancada Feminina – que é um direito! Agora, posicionamento isolado, Deputado; se V.Ex.^a assim compreender, mantenha a sua postura. Não quero condená-lo. Agora, repercussão com certeza, em um movimento das mulheres, acho V.Ex.^a, que tem que se defender. Não penso assim. Eu, graças a Deus, vou lhe dizer, e já lhe dei um testemunho em uma ocasião, sei o valor de uma mulher. Perdi minha mulher com 36 anos de idade e devo minha carreira política à minha mulher, quando fui Prefeito da minha cidade, que era tida como a mulher mãe dos pobres e sofreu com câncer. Criei três filhos sozinho e sei o quanto valia minha mulher na cadeira de rodas, quando o filho chorava e pedia pela presença da mãe. Sei o valor de uma mulher. Por isso sempre vou defendê-las. Muito obrigado. Com a palavra, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, permita-me – para que não seja contestado pelo jovem Deputado Requião Filho – vou

pedir permissão para falar da tribuna. Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, penso que a nossa vida é feita de posicionamentos e acho que o Deputado Homero Marchese, com quem tenho uma divergência saudável, ele contribuiu muito no debate durante a pandemia. Por mais que ele veja de forma negativa isso, o fato de ele sempre olhar o lado ruim das coisas, sempre tratar de forma negativa tudo, ajuda-nos a refletir sobre o que estamos fazendo está no caminho correto. Acho que é interessante ter alguém pessimista, alguém com uma visão contrária à solução, sempre vendo um problema em tudo – acho que isso ajuda a elaborarmos o raciocínio. Na verdade, o Deputado Homero Marchese usou a tribuna aqui hoje e fez aquilo que em latim se diz *ad hominem*. O seguinte: os filhos de uma falácia, é um tipo de falácia que se caracteriza quando determinada pessoa responde a um argumento com críticas, de forma negativa ao seu autor e não efetivamente ao conteúdo apresentado. Penso, Deputado Marchese, o senhor deveria ter resolvido essa questão hoje, chegando aqui na tribuna da Assembleia Legislativa, podia fazer todas as críticas que quisesse fazer à mesa da Assembleia Legislativa, aos seus colegas, Presidentes de Comissões Permanentes da Casa, Deputados que presidem CPIs, que são Líderes de Bancadas Partidárias – como o senhor fez aqui – e fizesse o final seguinte. *Queridas amigas Deputadas Estaduais do Paraná, meu pedido de desculpa, fiz uma fala infeliz*. Ponto. É difícil pedir desculpas? É difícil reconhecer que errou? Não é tão bonito quando um ser humano fala isso: *Olha, para, estou errado aqui, vou... vamos reelaborar o que eu disse. Não quis dizer isso que eu disse*. Porque sabemos que por trás dessa questão que tão bem abordada pelas Deputadas, falas muito, muito doces, mas muito objetivas. Sabemos: o art. 5.º da Constituição fala do princípio da igualdade. Princípio da igualdade tem que ter a leitura filosófica, tentei explicar isso antes para o Deputado Estacho, do grande filósofo Aristóteles que é o pai da filosofia moderna, pelo menos. Por quê? Porque ele trouxe o princípio aristotélico. O que dizia Aristóteles: aos desiguais um tratamento desigual na exata medida da sua desigualdade. Ora, sabemos que as mulheres são maioria na sociedade, mas, por outro lado, sabemos que as mulheres continuam sendo profundamente discriminadas por atitudes machistas. E, Deputada Maria Victória, sou feminista. Antes ainda de o Deputado Homero nascer, antes de a senhora nascer, eu já participava quando foi criado no

Governo Richa, José Richa, o Primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, com Maria Emília Arruda, com a Irondi Pugliesi, com tantas mulheres, Télia Negrão, tantas mulheres que foram assim predecessoras de um grande movimento de mudança na nossa sociedade. O fato concreto, tenho em casa uma mulher que é feminista, a minha doce Fabi, e lá nossas crianças, nossas meninas são criadas com a visão de que lugar de mulher é onde ela quiser. Agora sabemos que a política é muito desigual em relação à mulher. Não só a políticas, os espaços de poder são desiguais em relação à mulher. Tanto que, no Brasil, os cargos de Gestão inclusive do setor privado, em número muito reduzido, estão com as mulheres. O fato concreto é que temos que construir soluções. Quando aqui criamos a Procuradoria da Mulher foi um avanço enorme. Quem trouxe a proposta para que criássemos a Procuradoria da Mulher? A Deputada Leandri, nem conhecia a Deputada Leandri. Ela veio aqui e trouxe a proposta, achamos ótima a proposta, a Mesa fez a resolução e implementamos, a Deputada Cristina Silvestri tem trabalhado muito, tem uma equipe extremamente valorosa. A Procuradoria da Mulher é a melhor Procuradoria do País! Quando veio a proposta de criar, de fato, envergonho-me – vou ser sincero – envergonho-me que na Mesa Diretora que tem nove cargos, não temos nenhuma mulher hoje incluída na representação da Bancada Feminina da Assembleia. Quando veio a proposta de criar a Bancada Feminina, apoiamos integralmente, o Senado da República já fez isso. Fez por quê? Porque de forma suprapartidária você reúne uma bancada que trata dos temas relevantes, da sociedade, do parlamento com a ótica da mulher! A Câmara Federal também fez a Bancada Feminina da mesma forma com que a Assembleia do Paraná está fazendo, estamos inovando quando fizemos, criamos a Procuradoria da Mulher. E, olha, a posição machista, misógina do Deputado, fico envergonhado. Gostaria que ele pedisse desculpas, que ele fizesse autocrítica aqui. Os ataques que ele faz, as críticas que ele faz em relação à questão dos cargos, olha, estamos acostumados desde o início. O Deputado Homero, ele não é solução para absolutamente nada, ele sempre é um problema em tudo. Não consegui ver ainda um movimento efetivo dele, no exercício mandato. Ele faz questionamentos, desculpem, não tem Assembleia mais transparente do que a do Paraná. Todas nossas informações, tudo que pagamos, todos os salários que são pagos, tudo está no Portal da

Transparência, com fiscalização permanente do Tribunal de Contas, que tem a folha, inclusive em *Excel* para poder detalhar tudo. Não temos nenhum segredo dentro da Assembleia Legislativa. É tudo público, até porque é dinheiro público. Somos a Assembleia Legislativa que mais economiza, a Assembleia que mais faz devolução de recursos ao Poder Executivo porque tem viabilizado inclusive programas conjuntos, com recursos justamente advindos dessa economia que é feita coletivamente por todas as Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares. É um conjunto que faz. O Deputado Homero que critica os cargos, ele pode fazer o seguinte: ele tem, não vou revelar quantos cargos ele tem, mas sei quantos cargos ele tem na Casa, ele pode mandar um ofício para a 1.^a Secretaria dizendo: *Olha, abro mão dos meus cargos*. Eu reduzo. Se ele abrir mão dos cargos dele, eu reduzo, reduzimos na criação de 121 cargos, podemos reduzir com ele abrindo mão dos cargos dele. É muito simples isso! Acho que na verdade a prática é o critério da verdade, não adianta ficarmos fazendo ilações, questionamentos, discursos bravios, isso não leva a nada. Até porque aqui, reconheçamos, essas mulheres aqui – fui Líder do Governo aqui, quantas vezes tive discussões duras com elas, duras e elas brigavam assim, no bom sentido, comigo sempre de igual para igual. Conversa franca, fraterna. Por quê? Porque temos mulheres aqui que aqui chegaram e estão preparadas para o exercício do mandato de Deputadas. Deputadas Luciana, Maria Victória, Cristina, Mara Lima, Mabel Canto. Olha, minha gente, Luciana Rafagnin, eu disse Luciana Rafagnin. Todas elas são mulheres com perfis diferentes, mas todas elas com um histórico de luta, de construção dos mandatos. Todas elas, todas elas serão reeleitas Deputadas por conta do trabalho que realizam e digo isso porque conheço o trabalho de cada uma delas. Então, o que queremos? Queremos ampliar o número de mulheres. Ainda pouco estava a Ex-Prefeita de Colombo, a Beti Pavin, conversando comigo lá no meu gabinete, ela se filiou ao MDB e vai ser candidata à Deputada. Tem grande chance de a Beti Pavin ser Deputada conosco aqui. E tantas outras que poderão ser. Então, quero dizer o seguinte: esta Casa não pode se apeguar. Esta Casa não pode ser reduzida a essas pautas pequeno-burguesas do MBL. Desculpe, já foi o tempo. Lá em São Paulo, o *Mamãe Falei* foi para o espaço. Verificamos. De fato, o comportamento na tribuna era uma coisa e na prática era outra. Era o desrespeito, era o desprezo às mulheres da forma com que vimos isso. Essa

pauta, desculpe, não é a pauta do Parlamento Estadual. A nossa pauta é uma pauta do interesse público, de debater as questões que são fundamentais da constituição de uma sociedade moderna aqui no Paraná. Não somos retrógrados. As mulheres têm que ter, sim, direito de igualdade, aplicado o princípio aristotélico. Por mim defendo, como têm feito muitos Parlamentos na Espanha, na França... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, por favor, para concluir, dentro de um minuto.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Acho, Sr. Presidente, que na verdade vamos acabar tendo que chegar em um momento que as cadeiras de Deputados têm que ser exclusivamente ocupadas por mulheres. Vamos ter que chegar a um ponto desse, na minha avaliação, para poder fazer ter mais mulheres participando da política. Os partidos deveriam ser obrigados a ter 50% de mulheres na chapa, 50% do gênero masculino. Isso mudaria a realidade da composição dos Parlamentos, porque a política é muito dura, é muita árdua, tem que ouvir as mulheres. Essas nossas aqui foram obrigadas a ouvir o que ouviram, ontem, na CCJ, na fala... Se o Deputado Homero é um cara tão machão como ele diz que é, como falou aqui da tribuna, ele pegue a fala dele e publique nas redes sociais dele. E quem acha que ele está certo na fala dele publica na sua rede social e diga que apoia a posição misógina, machista, de discriminação em relação às mulheres. Faça isso. O meu desafio é esse.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa dos Vereadores de Santa Mariana, Sr.^s Adriano Dias e Gustavo Spagolla, por solicitação dos Deputados Tiago Amaral e Alexandre Curi; do Secretário de Obras de Andirá, Sr. André, por solicitação também do Deputado Alexandre Curi; dos Vereadores de Astorga, Sr.^s Alexandre Amaral, Osniri Pires e Tio Chico, por solicitação dos Deputados Tercílio Turini e Delegado Jacovós; do Prefeito de Ubatuba, Sr. Fabio Dalecio, por solicitação dos Deputados Marcio Pacheco e Douglas Fabrício; e do Vereador de Marumbi, Sr. Bruno Cividini, por solicitação do Deputado Plauto Miró. Sejam todos bem-vindos! Com a palavra, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, nobres Deputadas. Estou atentamente também ouvindo todas as falas aqui e faço este apelo. Acho que a nossa Casa é uma Casa que tem construído pontes, interesses públicos da nossa sociedade, da nossa população. Não temos que trazer, neste momento, pautas que não refletem aquilo que a nossa sociedade tanto espera de nós líderes políticos, lideranças voltadas pela nossa população, pela nossa sociedade. E todos eles esperam de nós lucidez, compromisso, espírito público, que acho que é isso que esta Casa tem demonstrado em toda sua história. E que vejo que, nesta legislatura, estão mais inflamadas e que precisamos fazer uma grande ponderação, uma reflexão, para que possamos mostrar para a nossa sociedade a grandeza da história da Alep, que é a Casa do Povo Paranaense. Quero insistir com todos os nossos Parlamentares que façam essa reflexão com tudo que estamos vivenciando e estamos escutando aqui e que acho que é interessante para todos nós, para nós cada vez mais sermos grandes e mostrarmos para a nossa sociedade que estamos polidos e construindo um ambiente capaz de fazer com que a nossa sociedade acredite e continue acreditando nesta Casa. Queria aqui fazer uma saudação também. Vi alguns Prefeitos que tenho carinho, o Barella, de Iguatu, veio aqui também o Fabio, de Ubiratã. Esta semana é uma semana importante, uma pauta municipalista, a Marcha dos Prefeitos, onde sempre defendi: *menos Brasília, mais Brasil*. Eu que fui o Presidente da Amop, Presidente da AMP, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Esta semana, mais de 5 mil Prefeitos estiveram em Brasília defendendo essa pauta municipalista, que corre nas minhas veias, que defendo tanto, que acredito com essa desigualdade dessa concentração financeira que sai dos municípios, que tudo que sai de tributos que está hoje no cofre da União, do Estado, vem dos municípios, dos nossos industriais, trabalhadores, agricultores. E para vocês terem uma ideia, quase 65% de tudo que sai da força dos municípios fica com a União, 20% ficam com os Estados, e vem apenas a *rapa do tacho* para os Prefeitos e Prefeitas conduzirem os seus municípios. Então, quero aqui fazer uma saudação muito especial a todos os Prefeitos do Brasil que estão em Brasília, fazendo a defesa. E que possamos concretizar, o mais rápido possível, esse Pacto Federativo e transformar a vida dos municípios, dos Prefeitos e Prefeitas, trazendo mais recursos e dando mais

autonomia para que possamos ter mais qualidade de vida nas nossas cidades. Também não quero fugir aqui de um tema importante. O Governador fez uma mudança, uma mudança na Secretaria da Segurança. Vejo que é legítimo. O Governador, os cargos de Secretários e das companhias são dele. O Governador agradeceu imensamente a contribuição que o nosso Secretário Marinho fez. Convivi com o Marinho como Secretário da Administração e Previdência do Estado, um homem íntegro, um homem sério, dedicado, trabalhador. Ele buscou construir internamente uma condução importante, quebrando paradigmas, avançou em várias pautas internas da Secretaria, principalmente tirando das nossas delegacias, levando para as penitenciárias os nossos presos; melhorou enormemente com relação a equipamentos para as nossas polícias. Teve uma grande contribuição e o Governador, neste momento, acha interessante fazer uma mudança. É legítimo. Os cargos são dele. Traz agora para ser Secretário um homem experiente, o Mesquita, Delegado Mesquita, que estava no Detran, que tem facilidade de construir pontes, de buscar as nossas contribuições, principalmente aqui com a Casa, para finalizar este mandato do Governador, buscar sugestões que esta Casa tem de grande valia, porque temos uma Bancada interessante e que conhece muito bem da questão de segurança. Então, acho que, eu que já fui também Prefeito, já estive no Executivo, é legítimo, é necessário. O cargo é do Governador. O Governador me disse que o Secretário Marinho vai para uma nova missão no Governo Federal. E fez agora o chamamento para que o nosso Delegado Mesquita faça o restante do mandato do Governador, por meio da sua habilidade, construindo e ouvindo principalmente esta Casa, para avançarmos ainda mais, porque o Governador construiu e contribuiu muito com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, Científica. E aqui quero dar um aparte para o Soldado Adriano, V.Ex.^a que conhece muito bem essa pauta. E gostaria que o Deputado pudesse também contribuir nesse sentido.

Deputado Soldado Adriano José (PP): Líder Marcel Micheletto, quero inicialmente saudá-lo e dizer que quero te parabenizar pela grande liderança que vem exercendo aqui nesta Casa com relação às pautas ligadas à área da segurança pública. O senhor que tomou a linha de frente e está dando todo o apoio e suporte para nós, Deputados ligados à área da segurança, poder estar

subsidiando e participando com ideias para que possamos avançar nas pautas da segurança pública, deixando de agora para frente, se possível, esta pauta mais leve e mais tranquila para que possamos avançar. Desejo sucesso para o Cel. Marinho nos novos projetos e ao Dr. Vagner Mesquita que Deus dê muita saúde e sabedoria para que ele possa conduzir a Secretaria da Segurança Pública. Rapidamente, quero só solicitar ao senhor Líder, junto ao nosso atual Secretário da Segurança Pública, Dr. Vagner Mesquita, e ao nosso Comandante-Geral da Polícia Militar, o grande e competente Cel. Hudson, que, quando o policial militar ingressa na Polícia Militar, envergar uma farda da PMPR é um grande sacerdócio, Líder, é mais do que uma missão, é mais do que apenas e tão somente um emprego. E um dos sonhos e uma das coisas que a polícia sempre leva muito em consideração é o avanço na carreira. A partir do momento em que você tem um avanço na carreira, estamos tratando a valorização e a expectativa desses policiais. Quando um policial ingressa como oficial, ele entra como Aspirante, é promovido automaticamente a Segundo-Tenente, a Primeiro-Tenente, a Capitão, a Major, a Tenente-Coronel e a Coronel, automaticamente. Da mesma forma está acontecendo agora quando ingressa como Praça da Polícia Militar. Ele entra como Soldado e é promovido a Cabo, a Sargento, até chegar ao posto de Subtenente. No dia 21 saiu a indicação, a lista de indicação dos nossos valorosos Oficiais que foram promovidos, só que a lista de promoção dos nossos Praças não saiu. Então, quero pedir para o senhor humilde e gentilmente que analise e verifique o que está acontecendo, para que essa relação de promoção dos nossos Oficiais, quando sair, possa sair também a relação de promoção dos nossos Praças da Polícia Militar, respeitando o princípio da isonomia. Seria isso, meu Líder.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Peço um aparte também.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Deputado Tiago.

Deputado Tiago Amaral (PSD): Deputado Marcel, meu querido amigo e Líder, o Governador mostra realmente sua firmeza e sua direção definitiva em favor das nossas forças de segurança. Era uma medida realmente necessária e tem todo o apoio, sem dúvida nenhuma, de todos aqueles que acreditam na sua condução perante a estrutura da segurança pública. Fazendo um

esclarecimento, inclusive é importante, meu Líder, porque durante as discussões da mudança e da reestruturação do plano de carreira, algumas pessoas, alguns amigos próximos da Polícia Militar estavam em dúvida do efetivo aumento que seria dado no seu holerite. Alguns imaginavam que seria R\$ 400,00 para o Soldado e mais 600,00 de vale-alimentação e já dizíamos que não, que o valor era R\$ 1 mil e mais o vale-alimentação. E hoje, com a publicação do holerite, essa dúvida que foi gerada, não sei por quem, acaba se transformando de fato em... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

Deputado Tiago Amaral (PSD): ... acaba se transformando em uma *fake news*, deixando claro que o aumento concedido principalmente aos Soldados da Polícia Militar foi, sim, R\$ 1 mil, mais os 600 de vale-alimentação. Portanto, o salário de 4.600 passa a R\$ 5.600,00.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Então, isso mostra mais uma vez a sensibilidade do nosso Governador, que tem olhado com carinho para a segurança pública, que temos avanços e que não existe *fake news*. Aquilo que o Governador prometeu está cumprindo. E quero aqui dizer a V.Ex.^a, Soldado Adriano, que ninguém ficará para trás. O Governador deve anunciar até sexta-feira, os Oficiais e os Praças receberão rigorosamente o mesmo trâmite. Todos estarão recebendo aquilo que é de direito e aquilo que o Governador prometeu. Então, acho que o nosso Governador vem desempenhando um papel fundamental, trazendo uma nova gestão, trazendo eficiência, cumprindo... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado, pode concluir.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... e com certeza mostrando a sua lealdade com o servidor público. Então, quero parabenizar mais uma vez a ação do nosso Governador, desejar aqui ao Delegado Mesquita todo o sucesso para que possamos, com a nossa Assembleia Legislativa, continuar

construindo pontes para ajudar cada vez mais a segurança pública do Estado do Paraná. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Bom, vejo aqui que a nossa Assembleia hoje está sendo tomada pela presença das mulheres Vereadoras do interior do Paraná, não é, Deputada Maria Victória?

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Só gostaria de agradecer e registrar a presença da Vereadora Sheila, de Marialva, e principalmente do Guilherme, que é o nosso vencedor do concurso nacional do Banco Mundial, ele que produziu um vídeo sobre violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha e foi o nosso vencedor no Brasil inteiro. Então, está aqui o Guilherme. O nosso voto de congratulações a você. Obrigada pela presença e parabéns pelo trabalho. Eu e o Deputado Evandro Araújo, representante também da cidade de Marialva, protocolaremos, Sr. Presidente, uma menção honrosa para conceder ao Guilherme, merecedor. Peço o apoio da Presidência. Parabéns, Guilherme. Continue assim!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Iríamos fazer o registro da Vereadora, mas V.Ex.^a acabou de fazer. Cumprimento o Guilherme por essa conquista. É muito novo para já chegar ao topo, não é! Parabéns e continue nessa sua caminhada vencedora. E também quero fazer aqui o registro da presença de mulheres Vereadoras que vêm para o encontro promovido pela Procuradoria da Mulher aqui na Assembleia no dia de hoje. Próximo orador, Deputado Requião Filho.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente e demais colegas, ontem fomos provocados e convidados a fazer uma comparação. E fazer comparação para nós será muito fácil, porque temos trabalho prestado, ao contrário do atual Governo. Deputado Romanelli, qual foi o termo em latim que V.Ex.^a usou quando a pessoa não tem argumentos e passa a atacar os outros? Pois é, Deputado, foi o que aconteceu aqui na tribuna. O difícil trabalho de defender o

Governo Ratinho leva o nosso Líder do Governo a certa obsessão, uma fixação com o Roberto Requião. Informo e garanto aos senhores que o Roberto Requião, casado há mais de 50 com a mesma mulher, pai de dois filhos e avô do Marcelo e do Mateus, não tem demonstrado nenhuma tendência a mudar a sua orientação, então que essa fixação fique só no plano político. Não queremos aqui fins absurdos como tivemos com o John Lennon, quando a fixação passou do possível. Mas, vamos à comparação, Deputado Michele Caputo! Eles disseram que estavam consertando a Copel. Deputado Caputo, congelamos a tarifa durante oito anos e construímos três novas hidrelétricas; fomos convidados a ir a Nova Iorque bater o sino da Bolsa em homenagem a uma gestão eficaz e transparente da Copel. O que o Governo Ratinho fez na Copel? Não conseguiu terminar o Trifásico e já se chega ao final do Governo. Com a tarifa congelada, construímos três usinas hidrelétricas. Congelamos a tarifa de água, ampliamos a cobertura de água e esgoto no Paraná, em algumas cidades passando de 90%; fizemos aqui, na grande região de Curitiba, três novos reservatórios. E o que o Ratinho fez? Além de aumentar a tarifa da Sanepar, Deputado Arilson, fez o rodízio. *Ah, mas foi a seca!* Foi a sexta maior seca do Brasil, Deputado Jonas, do Paraná. Passamos pela primeira maior e não faltou água! Por quê? Porque o dinheiro era investido no Paraná. Vamos comparar! Não tenho medo de comparação. Treze novos hospitais, 33 reformados e ampliados; mais de 300 Clínicas da Mulher e da Criança; os Hospitais Regionais, o Deputado Caputo foi Secretário da Saúde e colocou alguns desses hospitais para funcionar. Quantos hospitais fez o Governo Ratinho Junior? Nenhum. Quantos postos de saúde fez o Governo Ratinho Junior? Vamos comparar! Não tem problema! A distância realmente é muito grande! Estavam falando aqui dos nossos policiais, Soldado Fruet. Contratamos mais de 4 mil policiais militares. Quantos contratou o Governo Ratinho Junior? Não sabemos, não é! Porque foi zero. Contratamos mais de mil policiais civis. Quantos contratou o Governo Ratinho Junior? Vamos comparar! Não preciso de *fake news*. Não preciso agredir ninguém. Trago fatos, não preciso de propaganda, trabalho com a verdade. As escolas do Paraná, construímos colégios enormes e maravilhosos pelo Paraná inteiro. Construímos milhares de quadras cobertas pelo Paraná. Quantos colégios construiu o Governo Ratinho Junior? Instituímos o PDE, que vocês estão

tentando fazer propaganda hoje. Instituímos a compra direta no Paraná, que vocês tentam fazer propaganda hoje. Criamos as tarifas solidárias de luz e água, que vocês tentam fazer propaganda hoje. Implementamos o *Trator Solidário*; criamos a irrigação noturna; tínhamos o programa e convênios com as Prefeituras do Paraná para manter funcionando as estradas rurais. O que vocês fizeram? Vamos comparar. O Deputado Guto Silva ontem falou da polícia, da falta de combustível, críticas ao Governo na parte da segurança do Beto Richa, deixo para você responder. Encarrego-me de responder as críticas ao Governo Requião. Inclusive, vamos falar de segurança. Vamos falar de soldo. Incorporamos, Deputado Gilberto Ribeiro, as gratificações ao soldo dos policiais militares, garantindo que fossem permanentes, integrassem o 13,^o, as férias e fossem carregados para aposentadoria permanente. Aumentamos os soldos em sete vezes. Aumento do policial militar, Soldado Fruet, chegou a 217% o aumento do salário. Durante quatro anos seguidos pagamos a data-base e o reajuste. Reformulamos a carreira das polícias. Os policiais, os Delegado Civis, Deputado Galo, tiveram aumento de 13,77% no seu salário. O que fez o Governo Ratinho Junior? Falavam aqui de delegacias e penitenciárias. Triplicamos a capacidade penitenciária do Paraná construindo 12 novas penitenciárias. Quantas fez o Governo Ratinho Junior? Desculpa, nenhuma. Vamos comparar. Vamos comparar, não tem problema. Divirto-me com as comparações, porque quando comparamos algo medíocre, como o Governo Ratinho Junior, com um Governo que trabalhou pelo Estado do Paraná, a comparação é fácil. A maior conquista do Governo Ratinho Junior foi comprar mais rádios, mais repetidoras e mais televisões para o Grupo Massa, porque para o povo do Paraná não tem nada. Duplicamos rodovias. Na área das rodovias, o que tem o Governo Ratinho Junior, meu querido Deputado Guerra? Quinze novas praças de pedágio por mais 15 anos, mais 35 anos. Vamos comparar. Vamos comparar! *Ah, o Requião era grosso*. Meninos mimados confundem firmeza, rigidez e honra com grosseria. No Governo Requião e no Governo Beto Richa, os Prefeitos que vinham para Curitiba, eram recebidos no gabinete do Governador, Deputado Romanelli. Você sabe disso porque foi Deputado e levou diversas vezes Prefeitos para falarem com o Governador. Na casa do Governador, por vezes, eu acordava de manhã cedo, já tinham Deputados com Prefeitos lá, para tomar café com o Governador.

Duvidam? Perguntem para o Alexandre Curi. Perguntem para o Nelson Justus. Perguntem para o Deputado Artagão, que chegava com a sua pastinha embaixo do braço, com seus Prefeitos, com diversos pedidos, se eles não eram atendidos pelo Governador. Hoje em dia, Prefeito é ameaçado, tem que estar presente nos eventos de propaganda do Governo, senão não recebem um caminhão. Vem para assinar um caminhão, Deputado Caputo, Deputado Plauto, que nem na linha de produção está ainda, mas é coagido a estar presente aqui para ficar bonita a foto na propaganda. Construímos centros da juventude pelo Paraná inteiro. O que o Governo Ratinho fez pela infância e pela juventude? Digam-me uma obra. Vamos comparar! É antigo investir no funcionalismo público? Quero o antigo de volta. É antigo investir 30% do orçamento em educação, valorizando os professores? Quero o antigo de volta, *me chama que vou*. É antigo garantir respeito aos nossos policiais militares e civis? Então, está na hora. Disseram que é muito difícil gerir o Paraná. Ora, Ratinho, se você e os seus Secretários acham difícil, deixem que sabemos fazer. Achamos fácil e podemos fazer mais e melhor do que já fizemos. Sugiro que aquela tribuna, no horário da Liderança do Governo, seja usada para apresentar feitos do Governo. A segurança pública estava maravilhosa até ontem? Caiu hoje o Secretário e vão botar o Secretário Mesquita, Deputado Guto, como Secretário da Segurança. Quando faltou gasolina nas viaturas, o Deputado da Segurança era o Mesquita. E, aí, vamos comparar? Querem saber quem foi melhor para a polícia? Perguntem para os policiais. Querem mostrar quem trabalhou pela saúde no Paraná? Vamos botar obra feita no papel. Vamos comparar. É fácil comparar porque temos trabalho para mostrar. Gostaria muito, muito mesmo, de ver esse Paraná antigo, onde a Copel e a Sanepar investiam em nosso Estado e não mandavam lucros para fora... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Requião, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Gostaria muito de ver, Presidente, nesse Paraná antigo, onde os feitos eram do Estado, os feitos eram da política pública. Gostaria muito de ver um Paraná antigo que investiu em turismo, mas

não só em *resort*, com sócios que têm programa de televisão, Deputado Romanelli. Investimos em turismo no Paraná. Gostaria de ver este Paraná funcionando e atendendo à população novamente. Então, se é antigo trabalhar pelo povo do Paraná, *me chama que eu vou*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro aqui a presença na Casa também do Presidente da Câmara de Cantagalo, Sr. Ciro Abreu, das Vereadoras de Cantagalo, Sr.^{as} Helena Klossoski e Vera Lucia Santos Silva; da Vereadora de Candói, Sr.^a Sandra Kruk; da Vereadora de Renascença, Sr.^a Mariele Nardi, nossa conterrânea; da Vereadora de Rolândia, Sr.^a Cristina Pieretti, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri e Procuradoria da Mulher. Sejam bem-vindas. Também da Vereadora de Marmeleiro, Sr.^a Vera Dapont, por solicitação da Deputada Luciana Rafagnin; e da Vereadora de Quatro Barras, Sr.^a Lucinéia Alves, por solicitação do Deputado Francisco Bühner. Sejam todas bem-vindas à nossa Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Júnior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson

Luersen (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (50 Parlamentares);
Deputados ausentes com justificativa: *Adelino Ribeiro (PSD) conforme nos Termos do art. 97, §4.º do Regimento Interno; Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; Delegado Fernando Martins (REP), conforme nos Termos do art. 97, §4.º do Regimento Interno; Douglas Fabrício (CDN) conforme nos Termos do art. 97, §3.º, Incisivo I do Regimento Interno (4 Parlamentares).]*

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 168/2022, dos Deputados Professor Lemos, Requião Filho, Tadeu Veneri e Luciana Rafagnin, que disciplina a obrigatoriedade da divulgação, no Diário Oficial do Estado e por meio do Portal da Transparência, da relação das pessoas jurídicas beneficiárias de renúncias fiscais estabelecidas por atos oficiais do Poder Executivo e do valor da renúncia correspondente a cada uma delas; **Autuado sob o nº 169/2022**, do Deputado Guto Silva, que institui diretrizes para a criação do CEP Rural - Código de Georreferenciamento, nas propriedades rurais e agroindustriais do Estado do Paraná, para fins de identificação e localização.

Projeto de Decreto Legislativo: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 4/2022, do Deputado Plauto Miró, que revoga todos os Decretos Legislativos que tratam exclusivamente do reconhecimento do estado de calamidade pública em razão do coronavírus - Covid-19.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados que Apoiam permaneçam como estão. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta. Temos quatro Redações Finais, faremos votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 548/2018, de autoria do Deputado Márcio Nunes, que declara Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial Paranaense a Rota Transcontinental Caminhos de Peabiru, no trecho que compreende o Estado do Paraná.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 666/2021, de autoria do Deputado Delegado Fernando Martins (anexo o Projeto n.º 417/2021, Deputado Delegado Francischini), que denomina de Biólogo Dr. Wagner José Martins Paiva o viaduto de Transposição sobre a Av. Presidente Castelo Branco, localizado no Km 380 da PR-445, Rodovia Celso Garcia Cid, no município de Londrina.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 23/2022, de autoria do Deputado Paulo Litro, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Chopinzinhense de Esporte Feminino, com sede no município de Chopinzinho.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 44/2022, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Metropolitana de Artesanato Pé Vermelho, com sede no município de Londrina.

Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovado.**

ITEM 5 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 67/2022, de autoria do Deputado Tião Medeiros, que estabelece diretrizes e critérios para licenciamento, implantação, operação e encerramento de aterros sanitários e industriais e para o gerenciamento de resíduos sólidos, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Regime de urgência. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ, na forma de Subemenda substitutiva geral. Vamos submeter neste

momento ao voto a subemenda substitutiva geral aprovada em segunda discussão.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, um breve encaminhamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, fiz aqui, em um primeiro momento, uma discussão sobre esse Projeto. Creio que a Comissão de Meio Ambiente fez um trabalho importante de apontar algumas questões críticas e preocupantes. E na CCJ, na forma da subemenda que agora está sendo apreciada, entendemos que os erros foram corrigidos. Então, quero aqui parabenizar o Deputado, creio que foi o próprio Deputado Marcel Micheletto, Deputado Tião, Deputado Paulo Litro, que foram relatores e estiveram envolvidos ali pela sensibilidade, pela atenção, pelo trabalho legislativo que foi feito. Quero apenas também pontuar que foram readequados quase todos os dispositivos, que no nosso entendimento poderiam incidir em vício de iniciativa legislativa, especialmente aqueles que determinavam, alteravam regras e prazos para o processo de licenciamento ambiental. Também o respeito às definições, Sr. Presidente e Deputados, trazidas pela política nacional de resíduos sólidos e as demais normas técnicas que regem o tema. E também a diferenciação entre os diferentes portes de aterro e diferentes processos de licenciamento que cada um deve seguir, bem como foi descrita a destinação de cada tipo de resíduo para aterro mais adequado. E, por fim, fica rechaçada explicitamente a possibilidade de recebimento de resíduos reativos, radioativos e explosivos no Estado do Paraná. Então, agradeço, o nosso encaminhamento é favorável, Sr. Presidente, ao presente Projeto de Lei, PL 67. Muito obrigado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, brevemente, Deputado Evandro Araújo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro, ok.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Senhor Presidente, também quero manifestar, dizer que como é importante um processo legislativo, porque de fato a matéria foi melhorada e ela atende, como já mencionada aqui pelo Deputado que me antecedeu, Deputado Goura, ela atende, caminha em uma direção de mais entendimento com as políticas ambientalmente corretas. Então, fica esse registro, dizer que é muito bom que tenhamos as correções feitas na subemenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tião, por favor.

DEPUTADO TIÃO MEDEIROS (PP): Obrigado. Apenas para registrar o meu agradecimento e o reconhecimento ao Deputado Goura e ao Deputado Evandro, porque a proposta vem no sentido de resolver uma situação fática que existe no Paraná, e é claro que quando você faz a propositura nem sempre ela vem da maneira mais adequada. Por isso, essa construção, que tem esse papel a Assembleia de construir soluções, é fundamental, essa relação com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, e também a manifestação do IAT. Agradecer ao Deputado Marcio Nunes, que foi esse grande interlocutor, e chegar a um texto de consenso, um texto comum, que venha a por fim, uma *pá de cal* a essa discussão, trazendo uma solução legislativa capaz de pacificar esse entendimento. Por isso, claro que encaminho o voto “*sim*” e agradeço a compreensão dos demais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, então, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição entende que a subemenda corrige os problemas existentes e vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede voto “*sim*” também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, o Deputado Galo pretende falar com V.Ex.^a, esteve até há pouco aqui pedindo que solicitasse que V.Ex.^a conversasse com ele. O Deputado Galo

pretende falar com V.Ex.^a. Como vota o Deputado Alexandre Curi? Acabou de votar. Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Dr. Batista, Deputado Galo, Deputado Marcio Nunes, Deputado Mauro Moraes? Deputada Mara, está com dificuldade para o voto? Por favor, assessoria, a Deputada Mara está com dificuldade também. Deputada Mara, o seu voto será “sim”? Faço o registro aqui. Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista e Marcio Nunes (9 Deputados).]** Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a subemenda substitutiva geral. Quarenta e seis votos, com o voto da Deputada Mara Lima.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 351/2021, de autoria do Deputado Paulo Litro, que determina que os agressores que cometerem o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participe de medidas de conscientização. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Paulo Litro, Marcel Micheletto, Tiago Amaral, Boca Aberta Junior, Marcio Pacheco, Cristina Silvestri, Michele Caputo, Gilson de Souza, Elio Rusch, Cobra Repórter, e Delegado Jacovós.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 7 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 654/2021, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi e Mauro Moraes, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Hélio Airton Lewin. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, só para justificar aqui, é que caiu café na minha camisa hoje aqui no gabinete, aí tive que improvisar uma camiseta aqui para vir votar. Então, peço desculpas por não estar cumprindo o Regimento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente desculpado, Deputado. Não sei se o assunto com o Galo era esse, mas V.Ex.ª está desculpado. Senhores Deputados, ainda temos muitos Parlamentares que não votaram, por favor. Deputados Reichembach, Requião e Marcio Nunes. Votação encerrada, Sr.ª Deputados: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Anibelli Neto, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Marcio Nunes, Reichembach e Requião Filho (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 654/2021.**

ITEM 8 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 24/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Otto Santos da Cunha. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A situação pede voto “*sim*” também, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tercílio, peço a V.Ex.^a, por favor, que chegue à Mesa. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho e Soldado Adriano José (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 24/2022.**

Deputado Tercílio Turini, por favor, assumo a Mesa aqui por instantes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD):

ITEM 9 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 50/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que institui o Dia do Padroeiro do Budismo, a ser realizado anualmente em 18 de abril. Parecer favorável da CCJ. Emenda da CCJ. Em discussão o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Senhores Deputados, temos ainda vários Itens para serem votados. Ainda estamos aguardando os votos dos Deputados Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Cobre Repórter, Deputada Cristina, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Homero Marchese, Marcio Nunes, Professor Lemos, Deputado Reichembach, Requião Filho e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados);* **Abstenções:** *Alexandre Amaro e Cantora Mara Lima (2 Deputados);* **Não Votaram:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (17 Deputados).*]
Com 35 votos favoráveis e 2 abstenções, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 50/2022.**

Em votação a emenda. Como encaminham o voto os Líderes à emenda ao Projeto n.º 9?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Situação pede voto “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Arilson Chiorato, Artagão*

Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (34 Deputados);
Abstenções: Alexandre Amaro e Cantora Mara Lima (2 Deputados); **Não**
Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Homero Marchese, Marcio Nunes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (18 Deputados).] **Com 34 votos favoráveis e 2 abstenções, está aprovada a emenda.**

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 115/2022, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Capital da Cavalgada ao município de Cafezal do Sul. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Situação pede voto “sim” também, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); **Não** **Votaram:**

Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 115/2022.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 30/2022, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Alexandre Curi e Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia do Despachante de Trânsito, a ser celebrado anualmente em 21 de setembro. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Situação pede voto “sim” também, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** *Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (35 Deputados);* **Não Votaram:** *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (19 Deputados).]* Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 30/2022.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 90/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 13/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 15229, de 26 de julho de 2006, que dispõe sobre normas para execução do Sistema de Diretrizes e Bases do Planejamento e Desenvolvimento Estadual, nos termos do art. 141 da Constituição Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletti, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (36 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Marcio Nunes, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (18 Deputados).] Com 36 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 90/2022.**

ITEM 13 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 155/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 24/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Orçamento e da Comissão de Finanças e Tributação.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Para encaminhar, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): O Projeto está em regime de urgência. Em discussão. Com a palavra, Deputado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, peço voto favorável a esse Projeto. No meu posicionamento de independente aqui dentro, venho agradecer o posicionamento do Governo em relação a esse Projeto. Está liberando recursos na casa de 8 milhões para a Defesa Civil. Sabemos dos temporais que estão acontecendo no Paraná. E um pouco desse recurso vai para a recuperação da Universidade Unioeste, lá em Foz do Iguaçu, que seis, sete meses atrás foi devastada por um temporal e um pouco desse recurso vai para reformar a Unioeste. Então, peço voto favorável e agradecer, em nome do povo de Foz do Iguaçu, ao Governo por ter essa sensibilidade conosco lá. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Continua em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, enquanto transcorre a votação, na condição de Líder da Oposição, com amparo no art. 20, I do Regimento, venho fazer uma comunicação à população e a todos os Deputados. O Comitê de Direitos Humanos da ONU, Organização das Nações Unidas, concluiu, neste momento, em julgamento, que o Ex-Juiz Sergio Moro foi parcial em seu julgamento dos processos contra o Ex-Presidente Lula no âmbito da Operação *Lava Jato*. O órgão ainda também concluiu que os direitos políticos de Lula em 2018 foram violados. Importante registro histórico ao povo brasileiro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhner, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (22 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 155/2022.**

ITEM 14 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 156/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 25/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Luciana, *pela ordem*.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Enquanto os Deputados votam queria só registrar que hoje aqui o Deputado Galo já comentou também, mas hoje é o *Dia da Empregada Doméstica*. É bom lembrar aqui que, por muito e muitos anos, não foi valorizado esse trabalho, não foi reconhecido o trabalho da empregada doméstica. E, a partir de 2006, no Governo Lula, reconheceu o trabalho da empregada doméstica, reconheceu os direitos e hoje as empregadas domésticas têm direitos, inclusive, na questão da aposentadoria. Então, fica aqui registrado o nosso reconhecimento, a nossa gratidão a todas as empregadas domésticas.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, só me permita *pela ordem* também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Só para complementar a fala da Deputada Luciana. O Paraná instituiu, a partir de 2006, justamente o piso do salário mínimo regional, que tem como grande destinatário, justamente, os trabalhadores que não têm convenção ou acordo coletivo de trabalho, no caso as empregadas domésticas que ganham, no mínimo, 30% a mais do que o salário mínimo nacional. Só complementando.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Exatamente. Aí no Governo Requião. Muito obrigada.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Isso mesmo, Governo Requião.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, estamos no limite aí do quórum, estamos precisando de voto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro,**

Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (30 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (24 Deputados).] Com 30 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 156/2022.**

ITEM 15 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 163/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 28/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): A Liderança pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (31 Deputados); **Não Votaram:** Adelino Ribeiro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Gilson de Souza, Guto Silva, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tercílio Turini (23 Deputados).] Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 163/2022.**

REQUERIMENTOS.

Temos aqui dois requerimentos com discussão adiada, um do Deputado Arilson Chiorato (**Requerimento n.º 1083/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, sobre a ausência de energia elétrica na região noroeste do Estado do Paraná.) e outro do Deputado Guto Silva (**Requerimento n.º 1092/2022**, do Deputado Guto Silva, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretario de Estado da Fazenda, conforme especifica.)

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Encaminhados como envio de expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Então, estão sendo encaminhados como envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Senhores Deputados, temos aqui dois requerimentos para serem votados, de dispensa de votação: **Requerimento n.º 1108/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando dispensa de votação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 24/2022, da Ordem do Dia; **Requerimento n.º 1109/2022**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 654/2021 e 115/2022, da Ordem do Dia. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1100/2022, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo análise da alteração de Lei de Promoção de Praças – LPP sob o protocolo n.º 17.966.814-9; **Requerimentos n.ºs 1101 a 1103/2022**, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: Galdina Maria de Moraes; Odete Pacheco Soares; e Lourenço Pereira Moreira;

Requerimento n.º 1104/2022, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Dr. Edo José Diehl Peixoto; **Requerimento n.º 1105/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Sr. Everton Souza, requerendo informações sobre a existência de planejamento de engorda da baía do Balneário Pontal do Sul, em Pontal do Paraná, especialmente na altura da Rua Flor de Maio; **Requerimento n.º 1106/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado de Administração e Previdência, Sr. Elisandro Pires Frigo, conforme especifica; **Requerimento n.º 1107/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, encaminhando sugestão de Projeto de Lei, visando à isenção de cobrança de ITCMD em favor de fundações ou associações de direito público ou privado, de assistência social, saúde e educação, humanas, com sede no Estado do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1111/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando a retirada de assinatura do Requerimento de Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de irregularidades na gestão do serviço de Segurança Pública do Estado; **Requerimento n.º 1112/2022**, dos Deputados Guto Silva e Arilson Chiorato, solicitando a inclusão do Deputado Guto Silva com coautor da PEC n.º 3/2021, de autoria do Deputado Arilson Chiorato; **Requerimento n.º 1113/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando a retificação do Requerimento n.º 204/2022, de autoria da Deputada Maria Victória, para fazer algumas alterações no texto da justificativa e consequentemente na menção honrosa.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1110/2022**, do Deputado Soldado Fruet, apresentando

justificativa de ausência na Sessão Plenária de 13 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1115/2022**, do Deputado Delegado Fernando Martins, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 27 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1116/2022**, do Deputado Cobra Repórter, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 13 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1117/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 26 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1118/2022**, do Deputado Goura, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 26 de abril de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 1114/2022**, do Deputado Tiago Amaral, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias de 4 a 6 de abril de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra para segunda-feira, dia 2 de maio, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 388/2020 e 67/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 50/2022; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 30/2022, 90/2022, 155/2022, 156/2022, 163/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 465/2021, 79/2022, 139/2022, 142/2022, 143/2022, 144/2022, 145/2022 e 149/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 12h58, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)